

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
PEDAGOGIA BILÍNGUE

ELIANAI ALMEIDA DOS SANTOS

RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MANIFESTAÇÕES E FORMAS DE
COMBATE

APARECIDA DE GOIÂNIA

2026



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Elianai Almeida dos Santos

Matrícula: 20221090080305

Título do Trabalho: RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MANIFESTAÇÕES E FORMAS DE COMBATE

Autorização - Marque uma das opções

1. (x) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. () Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. () Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- () O documento está sujeito a registro de patente.
() O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
() Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.



Documento assinado digitalmente
ELIANAI ALMEIDA DOS SANTOS
Data: 13/03/2026 10:41:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aparecida de Goiânia, 13/03/2026.
Local Data

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS**

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

ELIANAI ALMEIDA DOS SANTOS

RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MANIFESTAÇÕES E FORMAS DE COMBATE

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia Bilíngue, desenvolvido na linha de pesquisa Educação Cultura e sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Keith Daiani da Silva Braga.

APARECIDA DE GOIÂNIA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237 Santos, Elianai Almeida dos
Racismo na educação infantil: manifestações e formas de combate – SP
/ Elianai Almeida dos Santos. - Aparecida de Goiânia, 2026.
60 f.

Orientadora: Dra. Keith Daiani da Silva Braga.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia,
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2026.

1. Racismo. 2. Educação infantil. 3. Crianças negras. 4. Educação
antirracista. 5. Relações étnico-raciais. I. Título.

CDD 370.117

Catalogação na publicação:
Thalita Franco dos Santos Dutra – CRB 1/2186

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Na presente data realizou-se a sessão pública de defesa da Monografia intitulada **RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MANIFESTAÇÕES E FORMAS DE COMBATE**, sob orientação de Keith Daiani da Silva Braga, apresentada pela aluna **Elianai Almeida dos Santos (20221090080305)** do Curso **Licenciatura em Pedagogia Bilingue (Câmpus Aparecida de Goiânia)**. Os trabalhos foram iniciados às **20:30** do dia **05/02/2026** pela Professora presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Keith Daiani da Silva Braga** (Presidente)
- **Alciane Barbosa Macedo Pereira** (Examinadora Interna)
- **Ruskaia Fernandes Mendonca** (Examinadora Interna)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo da Monografia, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pela aluna, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

☒ Aprovado

☐ Reprovado

Nota : 9,5

Observação / Apreciações:

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Keith Daiani da Silva Braga** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Keith Daiani da Silva Braga**, em 12/02/2026 22:55:09 com chave 07135df4087f11f1bcd005056a537a4.
- **Alciane Barbosa Macedo Pereira**, em 13/02/2026 10:05:46 com chave b5eca1f208dc11f1b5b4005056a537a4.
- **Ruskaia Fernandes Mendonca**, em 13/02/2026 08:48:41 com chave f10b56d008d11f1b5b4005056a537a4.

Este documento foi emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Ata de Projeto Final

Data da Emissão: 13/02/2026

Código de Autenticação: 1c113b



À minha mãe, cujo sonho carrego comigo,
e aos meus filhos, Isaque Samuel e Deyver
Alexsander, minha maior motivação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força e ajuda que me concedeu durante esta jornada, pois me sustentou até aqui pela fé.

Agradeço à minha família, que sempre me apoiou e me incentivou a continuar. Em especial, à minha mãe, que me ajudou em tudo o que precisei durante todos esses anos de estudo. Ao meu filho, Isaque, que me viu sair de uma depressão e, ao me ver focada e bem com meus estudos, disse: “Mamãe, me orgulho tanto da senhora, olha onde conseguiu chegar”. Naquele dia, eu estava prestes a desistir, e suas palavras atravessaram minha alma. Agradeço também à minha irmã, Diancarla, pelos seus sábios conselhos e orações, assim como à minha cunhada Aline, que segurou minha mão tantas vezes, dizendo que eu iria conseguir chegar até este momento, e meu irmão Gleidson pelo seu carinho. Cada apoio e incentivo vindos da minha família foram fundamentais para que este momento se concretizasse.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Keith Braga, pela orientação, paciência e pelas importantes contribuições que auxiliaram meu aprendizado. Sou grata sobretudo, por você acreditar em mim e me incentivar quando nem eu mesma acreditava. Professora da qual tive o privilégio de ser aluna, com uma bagagem incrível de ensino, tornou cada orientação leve, não fácil, mas sempre me mostrou o caminho que eu deveria seguir para chegar até aqui.

Agradeço à instituição e a todos que dela fazem parte, por contribuírem para que nós, alunas e alunos, possamos alcançar um futuro e nos formar para sermos cidadãos e cidadãs críticas, conscientes e éticas com a educação. Agradeço, em especial, à todas da CAPD, que oferecem uma base de apoio também psicológico à nós, estudantes. Deixo meu agradecimento especial à Etevalda, da CAPD, que sempre me ouviu e me aconselhou todas as vezes em que precisei dentro da instituição.

Agradeço a todas as minhas professoras, professores e colegas, pois ninguém faz nada sozinho, e eles e elas também foram fundamentais para a minha formação.

Em especial, deixo aqui uma homenagem à minha dupla: Thalia, que foi como uma grande âncora deste curso, para mim, sendo minha companheira de relatórios, atividades e momentos difíceis. Sempre teve uma palavra amiga e sabia o que me dizer. Thalia foi a dupla e companheira de formação acadêmica que pedi a Deus em oração, e Ele me ouviu.

Concluo este trabalho com o coração cheio de gratidão, com o sentimento de missão cumprida e com esperança em novos caminhos e aprendizados no futuro.

“Refletir sobre infância e racismo exige coragem, compromisso e honestidade! Sim, é preciso olhar com honestidade para os fatos que tantas vezes estão escancarados aos nossos olhos e são ignorados”(Jussara Santos).

RESUMO

Vivemos em um país racista (Nascimento, 2009) e existe uma crença de que não há racismo na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica (Cavalleiro, 2012). A nossa pesquisa se empenha em mostrar o contrário, que o racismo está sim desde a infância na vida das crianças negras no Brasil. O objetivo geral do estudo foi compreender como o racismo se manifesta na educação infantil e formas de combatê-lo. Com objetivos específicos, buscamos: compreender o que é o racismo, identificar como o racismo se manifesta na educação infantil e apresentar possíveis formas de combate. A metodologia escolhida para desenvolver a pesquisa foi um estudo teórico-bibliográfico (Gil, 2008). Partimos de artigos, textos, capítulos de livros e demais publicações sobre o tema, em especial as obras “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”, da pesquisadora negra Eliane Cavalleiro (2012) e “Democratização do colo: Educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas (2024)” da pesquisadora negra Jussara Santos. O referencial teórico foi construído com base nas autoras e autores dos estudos étnico-raciais: Eliane Cavalleiro (2001; 2012), Jussara Santos (2024) Abdias do Nascimento (2009), Nilma Lino Gomes (2011), Grada Kilomba (2019) entre outros. Como resultados, descobrimos que na Educação Infantil: a) as crianças enxergam sim as diferenças entre negros e brancos e já são afetadas pela visão negativa sobre as pessoas negras; b) o racismo aparece nas relações entre as próprias crianças, fazendo com que as negras se sintam inferiores e as brancas superiores; c) As crianças não são tratadas com igualdade, o colo e o cuidado é mais dado às crianças brancas; d) há casos em que educadoras e a própria instituição se calam diante do racismo; e) às vezes o ato racista, que parte das educadoras, acontece de forma ignorante, pela ausência de educação étnico-racial, mas também há casos de forma proposital, demonstrando desprezo com crianças negras; f) existe um despreparo para lidar com as questões étnico-raciais, algumas professoras quando vão trabalhar o assunto acabam reforçando o racismo; g) um dos efeitos de não combater o racismo é que ele é aprendido, com o tempo todas as crianças estão praticando também, e h) O combate ao racismo requer mudanças nos materiais, práticas pedagógicas e formação docente, com valorização da cultura e do protagonismo negro. Também envolve políticas públicas, participação das famílias e preparo institucional, pois não se enfrenta o racismo apenas “com boa vontade”.

Palavras-chave: Racismo; Educação Infantil; Crianças negras; Educação antirracista; Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

We live in a racist country (Nascimento, 2009), and there is a widespread belief that racism does not exist in Early Childhood Education, the first stage of Basic Education (Cavalleiro, 2012). This research seeks to demonstrate the opposite: that racism is present from early childhood in the lives of Black children in Brazil. The general objective of the study was to understand how racism manifests itself in early childhood education and to discuss ways to combat it. Specifically, the study aimed to: understand the concept of racism; identify how racism manifests in early childhood education; and present possible strategies to confront it. The methodology adopted was a theoretical and bibliographic study (Gil, 2008), based on articles, texts, book chapters, and other publications on the subject, with special emphasis on the works *From the Silence of the Home to the Silence of the School: Racism, Prejudice and Discrimination in Early Childhood Education* by Black researcher Eliane Cavalleiro (2012), and *Democratization of Care: Anti-racist Education for and with Babies and Young Children* by Black researcher Jussara Santos (2024). The theoretical framework was built upon authors in the field of ethnic-racial studies, including Eliane Cavalleiro (2001; 2012), Jussara Santos (2024), Abdias do Nascimento (2009), Nilma Lino Gomes (2011), and Grada Kilomba (2019), among others. The results indicate that: (a) children do perceive differences between Black and White people and are already affected by negative views of Blackness; (b) racism appears in interactions among children themselves, leading Black children to feel inferior and White children superior; (c) children are not treated equally, as care and physical affection are more frequently directed toward White children; (d) many teachers and institutions remain silent in the face of racist situations; (e) racist acts committed by educators sometimes occur due to a lack of ethnic-racial education, but in other cases are intentional, revealing contempt toward Black children; (f) there is a lack of preparedness to deal with ethnic-racial issues; some teachers, when addressing the subject, end up reinforcing racism; (g) One of the effects of not combating racism is that it is learned; over time, all children are also practicing it; and (h) Combating racism requires changes in materials, pedagogical practices, and teacher training, with an emphasis on Black culture and protagonism. It also involves public policies, family participation, and institutional preparedness, because racism cannot be confronted simply "with good intentions."

Keywords: Racism; Early Childhood Education; Black children; Anti-racist education; Ethnic-racial relations.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O RACISMO: QUESTÕES CONCEITUAIS	17
2.1 Conceitos principais: democracia racial, racismo, preconceito e discriminação..	17
2.2 A identidade negra: cabelo, racismo e antirracismo na escola	24
3. RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	30
3.1. O racismo na educação infantil: contribuições pioneiras de Eliane Cavalleiro com a obra “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”	31
3.2 O racismo na educação infantil: contribuições atuais de Jussara Santos com a obra “Democratização do colo: Educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas (2024)”	43
3.3. Jussara Santos (2024) e Eliane Cavalleiro (ano): concordâncias e educação antirracista	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
5. REFERÊNCIAS	58

1. INTRODUÇÃO

Nosso trabalho de conclusão de curso tem como tema central o racismo na educação infantil. Apesar de muitas pessoas acreditarem que não existe preconceito ou discriminação no espaço da escola ou nos centros de educação infantil, isso é um mito.

“O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc” (Gomes, 2005, p. 52). A ação de discriminar uma pessoa por sua cor de pele e por seus demais aspectos físicos e culturais caracteriza o racismo.

O meu interesse em fazer o TCC neste assunto surgiu durante o estágio na educação infantil, pois, em minhas observações, notei a falta de protagonismo negro em livros, bonecas e brincadeiras pedagógicas.

Eu estava no 5º período do curso de Pedagogia Bilíngue e estagiava em uma instituição de Educação Infantil que atende crianças de 0 a 5 anos no município de Aparecida de Goiânia – GO.

Durante esse estágio, acompanhei crianças de dois anos de idade e percebi a falta de representatividade negra nos brinquedos e brincadeiras. Os brinquedos oferecidos pela instituição eram poucos. Em conversa com a professora regente da turma, ela disse que a maioria eram comprados por ela própria, porque as verbas para compra de brinquedos nunca chegavam, revelando uma falha e falta de preocupação do poder público e das políticas públicas para as crianças. Alguns desses brinquedos já estavam em situação precária, as poucas bonecas que havia no espaço eram brancas de cabelo liso e loiro. Sendo assim, em todos os encontros que tivemos durante o estágio observei também a falta de leitura e livros que abordassem o protagonismo de crianças negras, ou pelo menos uma introdução ao tema racismo, assim como, as brincadeiras pedagógicas de origem afro-brasileira.

Em reflexão percebi um problema de consciência social no futuro para essas crianças negras, por não conhecerem sua origem, e para as crianças brancas, por não aprenderem, já desde pequenas, a valorização da diversidade cultural e o respeito pelas pessoas negras, indígenas, e de outras culturas. Portanto isso pode gerar uma futura sociedade com falta de consciência sobre as questões raciais, se não forem educados de forma antirracista, com bagagens para entender

o valor do que se deve ter pelo outro, com base nas diferenças, entendendo que não tem nada de errado o outro ser diferente, ter o cabelo ou cor de pele diferente.

Observo que, essa falta de representatividade existente no espaço da instituição, é motivo para se refletir, pois, às vezes, nesses espaços o tema racismo aparece somente em datas específicas, conforme a lei 10639 de 2003 estabelece a celebração do dia da Consciência Negra, e não como algo que deveria ser abordado todos os dias, de diferentes formas, seja nas brincadeiras, nos livros, nos brinquedos ou até mesmo em rodas de conversa. É claro que, para isso, o educador ou educadora precisa estar preparada, uma vez que estamos falando de crianças ainda pequenas, que estão conhecendo o mundo. Essa abordagem deve ser planejada, para dar certo, de uma forma adequada para crianças.

Minhas percepções sobre a importância dessa temática foram confirmadas na disciplina PEEI– Práticas de Ensino/Estudos Integradores: Educação e Diversidade - Relações Étnicas Raciais ofertada no 6º período do curso de Pedagogia Bilíngue. A disciplina tem como objetivo abordar as questões étnicas raciais vivenciadas no Brasil apresentando propostas para uma educação antirracista como descreve a ementa da disciplina:

A questão racial como tema nacional. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das costas. Propostas para uma educação antirracista (IFG, 2018. p.112)

Com isso, minha visão sobre os prejuízos que essa ausência, percebida no CMEI, pode causar no desenvolvimento das crianças foi de alguma forma ampliada, porque uma vez que os estudos abrem a visão para o que parecia ser “normal ou oculto” faz de suas percepções uma oportunidade para pesquisar e saber mais. É sobre essa pesquisa que decidi concluir meu curso na Licenciatura em Pedagogia Bilíngue. Como futura docente, acredito em diversas formas de combater o racismo, que muitas vezes aparecem de forma implícita, seja nos materiais pedagógicos ou nas atitudes das educadoras e educadores.

Atualmente, por meio dos estudos e da ampliação dos meus conhecimentos no curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, voltei ao tempo em que estudei no ensino fundamental e me recordei do comportamento de uma

professora que, hoje, entendo que não eram "normais". Na época, essa minha professora estava sempre com a atenção voltada apenas para a menina de cabelo liso, pele branca e olhos claros. Era ela a ajudante de sala, a que mais ganhava "estrelinhas". Nesse tempo, havia esse tipo de reforço nas escolas, quando o aluno ia bem nas atividades.

Eu sempre pensava: por que eu não posso ser a ajudante? Por que não ganhava as estrelinhas que tanto queria, para me sentir inteligente? Hoje vejo que por não ser loira, branquinha e sim ter meus cabelos cacheados e ter uma minha condição social de vulnerabilidade eu não atendia a não atendiam àquelas exigências preconceituosas. Reconheço que tinha muita dificuldade escolar, pois minha mãe trabalhava sempre e, nas poucas vezes em que me ajudava nas tarefas escolares, lhe faltava paciência devido ao cansaço do dia e às demandas da família, em que precisava dar conta. Se eu fosse uma pessoa de pele escura seria ainda mais negligenciada, pois quanto mais o tom da pele é escuro, mais racismo você sofre. Por isso, vejo a importância do olhar da educadora e do educador para essas crianças, cuja cor de pele é herdada de famílias que não tiveram as mesmas oportunidades que outras crianças brancas e condições financeiras boas. Esse olhar deveria ser mais empático e não transmitir a indiferença tão cruel dentro da sala de aula.

A questão racial atravessa a história da minha família, sou filha de um homem negro e uma mulher branca, então devido a essa miscigenação tenho a identidade parda, mas aos olhos da sociedade sou frequentemente vista como uma mulher branca. Meu pai não é totalmente alfabetizado e letrado, ele sabe apenas escrever seu nome, algumas palavras e tem pouca leitura, ele veio de uma família pobre em que meus avós, tios e tias todos são de pele negra. Trabalhadores de zona rural em que não tiveram oportunidades para estudar, na época as dificuldades para frequentar a escola eram grandes, devido a extrema pobreza o acesso à educação era impossível. Minha mãe tinha o sonho de terminar seus estudos, algo que não pode se concretizar devido às dificuldades, estudando até o primeiro ano do ensino médio. Lembro-me de minha mãe deixar eu e meus irmãos na casa da minha avó para poder ir trabalhar. Durante o dia, na casa da minha avó, observava minha tia negra, a irmã mais nova do meu pai, passando produtos no seu cabelo para deixá-los lisos, eu ficava olhando, mas não entendia nada e achava aquilo muito esquisito. Esses produtos marcaram gerações da época dos anos

80,90 até o início dos anos 2000 principalmente em pessoas negras, que acreditavam que se tivessem seus cabelos naturais “alisados” poderiam ser aceitas em uma sociedade racista.

Na época, as mulheres negras usavam muito esses produtos mesmo sabendo dos riscos causados e prejuízos à saúde. Elas sofriam com a pressão da época, de uma sociedade que valorizava os cabelos lisos considerados os “ideais” ou “bonitos”. Assim como essas mulheres, minha tia para se sentir incluída e aceita em certos ambientes, fazia uso desses produtos.

Essa pressão vinha do racismo que não aceita a estética negra, muitas meninas cresciam vendo esses comportamentos de suas mães, avós e tias, querendo se encaixar em um padrão que elas não precisavam, pois já eram lindas, contudo, o fato era que não sabiam que está tudo bem ser diferente, ter o cabelo e pele diferente, devido às informações de uma sociedade racista que lhes passavam.

Com isso também passei por traumas que carrego até os dias atuais em relação aos meus cabelos, pois quando pequena gostava de deixá-los soltos, meus cabelos sempre foram cacheados, e na época não havia a variedade de produtos existentes nos dias de hoje, então eles ficavam arrepiados para cima, mas por ter a pouca idade e ser ainda inocente não me importava com isso e gostava muito deles daquela forma. Mas, sempre alguém da família gritava frases racistas: “vai amarrar esses cabelos menina!” “Credo tá muito embaraçado, você não penteia?” “Parece um pixaim!”.

E quando iam pentear meus cabelos não era com delicadeza, e por não ter variedades de produtos que hoje em dia tem para cabelos crespos e cacheados, e também condições para comprar o que tinha na época, era de forma cruel pois eu sentia dor, e não gostava nada desse momento.

Não era por ser criança, que isso não me deixava triste, porque deixava, e também na escola era muito malvista e havia zombaria por colegas sem noção, que hoje entendemos como racismo mesmo. Mas no meio de tudo isso, lembro de algo bom, da minha tia casada com o irmão do meu pai na época, às vezes ia para casa dela, ela gostava muito de mim, me tratava com tanto carinho, lavava meus cabelos com seus produtos e penteava com muito amor, fazendo penteados que me deixava linda e feliz, como amava estar com ela, mas isso não foi o suficiente para não carregar traumas e baixa autoestima que até hoje carrego comigo.

Atualmente há um movimento lindo de valorização dos cabelos crespos, cacheados e naturais, a transição capilar tem sido um ato de resistência e amor-próprio, assim como também temos muitas informações e produtos menos agressivos, e contamos com espaços que respeitam a diversidade.

Trago essas lembranças que contam a história do nosso povo, do corpo, identidade e da autoestima que precisa ser contada por mim e por outras mulheres, em defesa de uma educação antirracista que ensine as nossas crianças que não precisam ser aceitas pelo racismo, mas por si mesmas, por serem quem são.

Agora, enquanto discente do curso superior, percebo a necessidade de ser uma educadora conscientizada nas questões sobre o racismo e ser uma profissional, preparada para trabalhar com a temática na educação infantil que é, a área que pretendo atuar, mostrando às crianças que não há nada de errado em ter diferentes tons de pele, tipos de cabelo e características corporais. Este TCC será fundamental para minha formação, ajudando-me a me tornar a docente que desejo ser no futuro.

Por tudo que foi dito, o objetivo geral da pesquisa foi compreender como o racismo se manifesta na educação infantil e formas de combatê-lo.

Os objetivos específicos eram compreender o que é o racismo, identificar como o racismo se manifesta na educação infantil, apresentar formas de combater o racismo e oferecer uma educação antirracista para crianças de 0 a 5 anos.

A metodologia escolhida para desenvolver a pesquisa foi um estudo qualitativo bibliográfico. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2008, p. 50).

O referencial teórico foi construído com base nas autoras e autores dos estudos étnico-raciais: Eliane Cavalleiro (2001), Jussara Santos (2019), Abdias do Nascimento (2009), Nilma Lino Gomes (2011), Grada Kilomba (2019) entre outros.

A monografia está dividida em dois capítulos, no primeiro tratamos os principais conceitos que envolvem o tema do racismo e no segundo como ele se manifesta na educação infantil por meio de duas obras de referência nos estudos étnico-raciais, das pesquisadoras Cavalleiro (2012) e Santos (2019).

O trabalho se encerra nas considerações finais e referências bibliográficas.

2. O RACISMO: QUESTÕES CONCEITUAIS

Esta seção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso tem o objetivo trabalhar alguns conceitos importantes para compreender o que é o racismo, para que, no capítulo seguinte abordarmos como ele aparece na educação infantil. Os conceitos são: mito da democracia racial, racismo institucional e individual, preconceito, discriminação, identidade negra e educação antirracista. Além disso, apresentaremos exemplos de casos reais de racismo com base em matérias jornalísticas no intuito de tornar mais explícito o quanto ele impacta na vida das pessoas negras. Isso é importante pois no nosso país ainda tem pessoas que duvidam do racismo, acham que é “vitimismo” das pessoas negras, que hoje “tudo é racismo” e não se veem como agressoras, assim como tem também pessoas negras que passam por situações de racismo e não sabem que aquilo foi racismo, por falta de letramento racial. Por isso, decidimos neste capítulo trabalhar os conceitos e também apresentar exemplos.

2.1 Conceitos principais: democracia racial, racismo, preconceito e discriminação

No Brasil existiu durante muito tempo a ilusão de que brancos e negros vivem bem, tem igualdade. Essa afirmação não condiz com a realidade vivenciada no Brasil. O cotidiano da população brasileira é repleto de ações racistas implícitas e explícitas, Nascimento (2009), critica a falsa democracia racial tão enaltecida no Brasil:

O Brasil, como nação, se proclama a única democracia racial do mundo, e grande parte do mundo a vê e respeita como tal. Mas, um exame de seu desenvolvimento histórico revela a verdadeira natureza de sua estrutura social, cultural e política: é essencialmente racista e vitalmente ameaçadora para os negros (Nascimento, 2009, p. 1).

Para Nascimento (2009) no Brasil, há uma grande diversidade cultural, étnica e religiosa, por esse motivo acredita-se que o preconceito racial é extinto e existiria uma democracia racial no país. Essa afirmação não condiz com a realidade vivenciada no Brasil. O cotidiano da população brasileira é repleto de ações racistas implícitas e explícitas. O racismo aparece em locais públicos e privados, na saúde, na educação, nos lugares de destaque na sociedade e na desigualdade da qualidade de vida de

brancos e negros no Brasil, acreditar no mito da democracia racial é negar a realidade dura vivida pelas pessoas negras (Nascimento,2009).

Como é que pode escutar ainda nos dias de hoje que “a pessoa negra não é médica porque não quis” ou advogada ou outros cargos elevados e profissionais mais valorizados, como é possível não vermos as desigualdades de oportunidades, pois muitas pessoas negras não têm acesso a esses cursos, enfrentam muitas barreiras. E quando são formadas, seja em qualquer área, não deixam de sofrer racismo. Por exemplo, mesmo quando se tem qualificação para um trabalho, a pessoa negra pode não ser contratada por puro racismo. Por isso, não existe democracia racial.

O pesquisador negro e ativista Abdias do Nascimento (2009), explica que essas desigualdades é fruto de anos de escravização. E mesmo depois da abolição legal da escravidão, em 1888, até os dias atuais existe comportamentos opressores na política e na sociedade que mantêm a superioridade branca, deixando-a livre de qualquer exclusão ou opressão por causa da sua cor de pele (Nascimento,2009). Em suas palavras: “Neste pretensioso conceito de “democracia racial”, apenas um dos elementos raciais tem qualquer direito ou poder: o branco” (Nascimento, 2009, p.6).

Nascimento afirma que é o branco da elite que “[...] controla os meios de disseminação da informação, os conceitos educacionais, as definições e valores.” (Nascimento,2009, p.6). São pessoas brancas poderosas que controlam as informações, o que é ensinado, os valores culturais e os meios de comunicação. São elas que decidem o que será transmitido como verdade, silenciando e negando a voz da população negra. (Nascimento, 2009).

Segundo a autora Gomes (2005) apesar de ser uma inverdade, a democracia racial criou raízes no Brasil deixando transparecer para outros países e até para os próprios brasileiros que o Brasil é livre de racismo. Isso é até vantajoso passar uma imagem de harmonia, romantizando as relações entre brancos e negros, pois assim não precisa mudar nada, combater o racismo. E com isso o povo negro continuar sofrendo as mesmas coisas que sempre sofreram.

Ao assumir a existência do racismo na sociedade brasileira e que a democracia racial é uma mentira, é possível enfrentar o racismo.

A democracia racial segundo Gomes (2005, p. 57):

[...] pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil

como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.

Com essa pesquisadora negra da área da Educação, aprendemos que a realidade é que o Brasil é um país racista (Gomes, 2005).

O racismo brasileiro é estrutural. Para a autora Kilomba (2019) racismo estrutural não é só uma atitude individual, como xingamentos ou conceito com outra pessoa, mas está dentro da própria estrutura da sociedade por exemplo nas leis, escolas, empresas, saúde, política, mídia entre outros. São estruturas que favorecem quem tem a pele branca, e desfavorecendo quem tem a pele negra, ou seja, o povo negro e outros grupos racializados. Essas dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras são onde menos tem oportunidades e melhores condições, como em trabalhos com cargos e salários melhores, na escola com falta de representatividade em materiais didáticos e até mesmo no tratamento entre alunos brancos e negros, assim também como no atendimento à saúde e moradia de qualidade.

A autora Gomes (2005) divide o racismo em dois tipos: individual e institucional. Ambos são extremamente prejudiciais aos negros, assim como toda forma de agressão, uma vez que, os privam de seus direitos de serem atendidos e respeitados.

Segundo Gomes (2005, p. 52): “Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos.”.

Esse tipo de racismo fere as pessoas negras, inclusive no campo emocional e psicológico, pois exemplos dele são os xingamentos, ameaças e até violência. Um exemplo desse racismo é episódio que ocorreu contra um entregador de aplicativo em Goiânia:

Elson Oliveira Santos tem 39 anos e há 12 anos trabalha como entregador de aplicativos. Na noite do último domingo (25), foi vítima de racismo de uma moradora do condomínio de luxo Aldeia do Vale, na capital [...]. Já na portaria do condomínio, o entregador solicitou da hamburgueria que confirmasse o local, já que não estava conseguindo falar com a pessoa que havia feito o pedido. Em troca de mensagens entre a gerência e a moradora veio a resposta no seguinte tom: “Esse preto não vai entrar no meu condomínio. Mandar outro motoboy que seja branco. Eu não vou permitir esse macaco”, escreveu a cliente à gerente, que cancelou a entrega (Goiás Gov, 2020, s/p).

Grada Kilomba, pesquisadora negra portuguesa, afirma que o racismo pode ser cotidiano. O racismo cotidiano é aquele que aparece no dia a dia, por meio de palavras, gestos, brincadeiras, olhares, piadas, imagens e propagandas. Pessoas negras são retratadas como animais e não seres humanos.

Muitas vezes, quando essas atitudes não são de xingamento direto, como no caso de xingar de “macaco”, elas vêm disfarçadas de “brincadeiras”, conforme eu mesma já presenciei as crianças fazendo durante o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa da CAPES/MEC que oferece bolsas a estudantes de licenciatura para atuarem em escolas públicas de educação básica, sob a orientação de professores da universidade e da escola. O mais importante no Pibid é aproximar a formação teórica, desenvolvida no ensino superior, da prática vivenciada em sala de aula.

Foi através dessa oportunidade que pude vivenciar o cotidiano da sala de aula, ver a relação entre teoria e prática. Essa experiência me possibilitou observar de perto a realidade discutida na disciplina Práticas de Ensino/Estudos Integradores: Educação e Diversidade – Relações Étnico-Raciais, especialmente no que diz respeito às desigualdades enfrentadas por crianças negras em consequência do racismo. A própria professora do PIBID relatou que, na maioria das turmas, as crianças negras não recebem o mesmo afeto que as brancas. Muitas vezes, elas se retraem, sentem-se inseguras, ficam mais quietas e não participam das atividades. Esse cenário mostra o racismo cotidiano, que atravessa não só a sociedade em geral, mas também a própria escola.

As ações do racismo cotidiano parecem normais, mas, com um bom letramento racial, percebemos que não são. De acordo com Kilomba (2019), frequentemente, pessoas negras são vistas como perigosas, sendo seguidas dentro de lojas ou supermercados e recebendo olhares desconfiados em espaços públicos. Além disso, existe o agravante de serem tratadas como objeto de desejo, como se sua identidade fosse reduzida apenas ao corpo ou à sexualidade. Também é comum que imagens associem pessoas negras à pobreza ou às drogas, reforçando estereótipos negativos.

Para Kilomba (2019) o racismo também é institucional. O racismo institucional acontece dentro das instituições, como escolas, universidades, hospitais, polícia, sistema judiciário, empresas e órgãos públicos. Diferente do racismo individual, ele se manifesta nas regras, práticas e rotinas dessas instituições, em que a diferença de

tratamento entre brancos e negros é visível (Kilomba, 2019). Um exemplo disso é que alunos negros costumam receber menos incentivo dos professores, o que se reflete em notas mais baixas, eles são os que as educadoras chamam mais a atenção, os que as professoras acham mais problemáticos e vem de famílias que a escola vê como problemáticas.

No mercado de trabalho, candidatos negros têm menos oportunidades de contratação, mesmo possuindo a mesma qualificação, já na justiça criminal, pessoas negras são as mais abordadas, muitas vezes de forma violenta. Isso reforça que o racismo institucional coloca pessoas negras em situação de desigualdade de maneira explícita (Kilomba, 2019).

Um exemplo que mostra a desigualdade no tratamento médico de mulheres negras aparece em uma série de TV. No vigésimo episódio da segunda temporada de *The Resident*, uma paciente negra chamada Lia morre depois de complicações no parto. No episódio, um personagem pergunta:

“Isso teria acontecido se Lia não fosse negra?”

O episódio mostra como mulheres negras muitas vezes recebem menos cuidado e atenção nos hospitais. Ele foi baseado em fatos reais e serve para conscientizar as pessoas sobre esse problema, mostrando que isso não é normal e precisa ser mudado. (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2025)

O racismo institucional para a autora Gomes (2005): “implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos.” (p. 53). Para a autora essas práticas de racismo institucional:

[...] se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada. (Gomes, 2005, p.52).

O racismo institucional também é vivenciado de forma velada no Brasil, mas nesse caso o direito dos negros é silenciado pelo próprio poder público, direta ou indiretamente. Os últimos dados que o governo divulgou sobre o racismo no Brasil, foram anunciados no dia 20 de novembro de 2024, data significativa por dois motivos,

primeiro porque se comemora o dia de Zumbi e da Consciência Negra e segundo porque pela primeira vez o dia 20 de novembro foi considerado feriado nacional no país. Os dados revelam que o racismo no Brasil é vivenciado desde a infância, uma vez que, pessoas pretas e pardas são as pessoas que mais tem seus direitos violados tornando-as o grupo étnico de maior população em situação de rua:

Em 2022, 67% das crianças e 85% dos adolescentes assassinados no Brasil eram negros e negras. As pessoas desse grupo étnico também são a maior parte entre indivíduos em situação de rua no país. Ainda segundo o Observa DH, em 2023, elas eram 68% das pessoas que vivem nas ruas (Brasil, 2024).

Para a pesquisadora negra portuguesa Kilomba (2019) não se trata apenas de atitudes discriminatórias de pessoas, mas de um sistema como um todo que favorece uns e exclui outros. A primeira vista algumas regras parecem justas, mas, acabam prejudicando outros grupos de pessoas com base na cor de sua pele. Esse tipo de racismo está presente em escolas, o sistema jurídico, mercado de trabalho e os meios de comunicação (Kilomba, 2019).

No espaço da escola é possível vermos os dois tipos de racismo, tanto individual quanto institucional. Tem o institucional, pois segundo Gomes (2005) escolas com maioria de crianças negras geralmente são de famílias que vivem em situações de vulnerabilidade, essas escolas são onde recebem menos atenção do poder público e recursos. Situadas em bairros periféricos enfrentando dificuldades estruturais, como a falta de materiais pedagógicos, infraestrutura precária e falta de projetos educacionais. Além disso, crianças negras podem não receber o mesmo tratamento, manifestando o racismo institucional dentro da escola. O outro tipo é o individual, quando crianças negras são chamadas de “macaco” “cabelo de bombril”, são agredidas, viram alvos de piadas, chacotas por outras crianças, ou até por pessoas adultas por suas características físicas (Gomes, 2005).

O cabelo é um ponto muito sensível quando se fala de racismo na escola. Pois ao construir a sua identidade negra muitas crianças não têm o seu cabelo valorizado. É o cabelo o alvo do racismo no dia a dia de muitas escolas e não apenas, também no mercado de trabalho, na autoestima das mulheres negras.

Para refletir mais sobre o racismo é preciso entender o que é preconceito e o que é discriminação. O preconceito diz respeito a um julgamento antecipado, se tratando dos negros, sempre negativos que levam às pessoas que o fazem acreditar

que determinados grupos, etnias religiões devem ser menos valorizados ou respeitados apenas por ocuparem outros papéis na sociedade (Gomes, 2005).

O preconceito está no cotidiano da cultura brasileira:

Quantas vezes essas situações já não fizeram parte da nossa vida cotidiana! E as piadinhas? Observem que toda piada sobre o negro emitida em nossa sociedade carrega, no fundo, a ideia de inferioridade racial contra qual os negros lutam. Essa contradição na forma como o brasileiro e a brasileira expressam o seu sentimento e o julgamento das pessoas negras confirma a lamentável existência do preconceito racial entre nós. (Gomes, 2005, p. 54)

O preconceito é presenciado também no meio infantil, as atitudes preconceituosas vindas das crianças são reproduções do que elas absorvem do mundo adulto. Segundo a autora Gomes (2005), a criança não nasce preconceituosa, mas pensamentos e ideias preconceituosas são construídas e reforçadas nas vivências familiares, na escola, em suas comunidades ou em grupos religiosos. O fato de o preconceito ser aprendido e muitas crianças já o manifestarem é preocupante pois demonstra que as crianças estão inseridas em meios onde essas atitudes são reforçadas. Mas também da mesma maneira que as crianças aprendem o preconceito, podem aprender também o respeito pelas diferenças, incentivado pela família, escola, igreja e etc.

A discriminação racial é a efetivação do preconceito, enquanto o preconceito está ligado as ideias e julgamentos, a discriminação segundo Gomes (2005) são práticas que efetivam esses preconceitos: A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. (Gomes, 2005, p. 55).

É possível perceber a discriminação racial indireta através dos levantamentos de dados, quando demonstram que pessoas negras alcançam menos sucesso que outros na escola ou na vida profissional por exemplo, esses grupos com menor sucesso escolar são maioria de negros, fato bem característico da discriminação racial (Gomes, 2005).

2.2 A identidade negra: cabelo, racismo e antirracismo na escola

Desde a infância, as pessoas negras, para construírem uma identidade, são ensinadas a negarem a si mesmas, sua cultura e suas características físicas, enfrentando desafios em uma sociedade construída historicamente para privilegiar os brancos, por isso é muito comum que pessoas negras mudem seus corpos com o objetivo de serem aceitas em determinados espaços e amenizar o impacto que o racismo causa em suas vidas. (Gomes, 2005).

Um exemplo que se faz presente sobre isso é o alisamento dos cabelos crespos e cacheados. Muitas mulheres o fazem não apenas por estética, mas, para serem aceitas socialmente em mundo que padronizou de forma social, os cabelos lisos.

O cabelo é um ponto importante para refletir sobre o racismo e a identidade das pessoas negras, especialmente as mulheres negras que não podem, no ideal do que é uma mulher feminina, cortar bem curto ou rasparem tudo como alguns homens negros fazem. E por isso, o cabelo é sempre uma questão.

A realidade é que existe uma opressão extrema para que as mulheres negras alisam seus cabelos para serem “bem-vistas” em uma sociedade que molda um padrão, de tal forma que elas negam a si mesmas para serem aceitas negando sua identidade, sua história e cultura. Penso como isso pode afetar sua autoestima e o impacto que tem nas oportunidades profissionais se elas não seguirem esses padrões.

Mulheres negras relatam, conforme apresentaremos abaixo, que os cabelos naturais de mulheres negras são frequentemente vistos como “menos profissional”. Como se sua capacidade e competência se resumisse em seu cabelo, dando oportunidades apenas a mulheres que alisam ou já tem o cabelo liso, tirando o direito e a dignidade da mulher negra. Isso é violento e desumano.

Inclusive em alguns lugares de trabalho aceitam apenas mulheres de cabelos lisos. Como existe em notícias sobre empresas que exigiram que as funcionárias alisarem seus cabelos.

Em sites existem notícias sobre o enfrentamento de opressões para modificar seus cabelos naturais, evidencia o racismo institucional de forma explícita na nossa sociedade.

Segundo reportagem do portal UOL (2023), "Não consigo emprego por causa do meu cabelo afro", há relatos de mulheres negras que ao fazerem entrevistas de

emprego, receberam orientações para analisarem seus fios, para parecerem “mais profissionais”. Mostrando como o mercado de trabalho discrimina mulheres negras por usarem seus cabelos de forma natural.

Segue abaixo alguns relatos por essas mulheres, que vivenciaram de perto o preconceito racial por causa de seus cabelos:

“Black não condiz com sua formação”. Já ouvi diversas vezes que meu cabelo não condiz com a minha formação. As pessoas não esperam que uma mulher negra seja formada em administração e muito menos que ela use Black. Já aconteceu em um processo seletivo o entrevistador com o meu currículo na mão chamar o meu nome e, ao me ver levantando, dizer: “Não chamei você. Chamei a Kelly.” (Kelly Cristina Nascimento, 29 anos, São Paulo SP) (Uol, 2023, s/p).

Outro caso é o e Taís Oliveira que precisava alisar os cabelos toda vez que fosse falar com os seus clientes:

Em 2012, fui trabalhar como analista de social media em uma agência e eventualmente teríamos que visitar clientes. O dono da agência disse que, quando eu fosse falar com os clientes, eu deveria fazer chapinha. Na época, eu não tinha noção de que isso era uma demonstração clara de racismo. (Taís Oliveira, 25 anos, de Guarulhos, SP) (Uol, 2023, s/p).

Mulheres negras chegam ser impedidas de conseguir uma vaga de um trabalho apenas pelo cabelo:

Em uma entrevista individual, me perguntaram se eu poderia alisar o cabelo e pintá-lo. Eu disse que não e eles me dispensaram. Em uma loja de sapatos, já ouvi que não fazia o perfil da empresa - o lugar não tinha vendedores negros. Em um shopping, deixei o meu currículo e não me deixaram fazer entrevista, porque eles tinham um limite de pessoas por dia. Eu tinha sido a primeira a chegar" (Jéssica Caroline da Silva Conceição, 23 anos, de Duque de Caxias, RJ) (Uol, 2023, s/p).

Outro artigo da organização Geledés (2022), traz mais um exemplo de discriminação em relação ao cabelo. Esse fato ocorreu em uma entrevista de processo seletivo de uma loja famosa de departamentos “Harrods” situada em Londres. Uma mulher negra ao ser entrevistada por agente da TBC Management, foi orientada que para ter chances de contratação deveria alisar seu cabelo para que parecesse mais “profissional”.

Em uma das entrevistas que participei, a recrutadora que realizou a entrevista (em nome da Harrods) disse que eu “precisava de um makeover”. A agente supostamente apontou para o cabelo da mulher

e disse: “Você não pode trabalhar para mim a menos que alise o cabelo, pois o estado atual dele não soa profissional”. (Nicola Thorp, de 27 anos) (Geledés, 2022).

Conforme já comentado no capítulo, Kilomba (2019) define que o racismo institucional se manifesta nas regras, práticas e rotinas dessas instituições, em que a diferença de tratamento entre brancos e negros é visível. Mulheres negras não são tratadas como brancas em diversas oportunidades, por exemplo na busca de vaga de emprego, se tiver a branca e a negra, por mais que a negra tenha até mais qualificação que a branca pode não ser contratada, pelo racismo enraizado.

Como argumenta Nathália Rocha, neuropsicóloga com abordagem em relacionamento e autoestima: “Você sai da imposição do cabelo alisado, mas permanece presa na expectativa do que o outro considera bonito. Se a mulher negra de cabelo crespo não está com a autoestima realmente trabalhada, acaba cedendo a esses padrões mais uma vez” (UOL, 2023, s/p).

Esses são apenas alguns relatos, pois existem tantos outros em que, mulheres negras são obrigadas a se encaixar no padrão branco, que para serem aceitas em uma sociedade racista, elas negam seus traços de identidade, no intuito de manter seus empregos ou ter uma oportunidade profissional. Casos que mostram que a discriminação aparece de forma explícita ou sutil, valorizando o que é “branco” e desvalorizando a negritude e sua história. Por isso a importância do combate ao racismo com políticas que respeitem a diversidade e o respeito de cada pessoa sem julgar ou discriminar suas características.

A identidade negra também é construída durante o período escolar desses sujeitos. Essas mulheres negras dos relatos acima foram crianças negras e devem ter vivido isso também na escola. O racismo também está na escola, nas instituições de ensino desde a Educação Infantil.

Segundo Gomes (2005) a escola tem um papel importante nesse processo, assumindo uma responsabilidade social na educação que enfrenta o desafio de preparar um processo educativo escolar que ensine o respeito na construção das identidades desses alunos de forma positiva.

A autora Cavalleiro (2000) realizou uma pesquisa para compreender alguns aspectos do cotidiano escolar das crianças negras na escola e também na Educação Infantil. Ela queria saber como era o convívio social dessas crianças e quais prejuízos o racismo causava em suas vidas e rotinas. Alguns relatos surgiram a partir de suas

observações e de entrevistas em uma instituição de ensino, nas quais conversou com profissionais da escola, crianças e seus familiares.

Sobre o racismo na escola, a autora argumenta afirmando que geralmente crianças negras não são acolhidas após passar por situações envolvendo o racismo:

“As crianças me xingam de preta que não toma banho. Só porque eu sou preta elas falam que eu não tomo banho. Ficam me xingando de preta cor de carvão. Elas me xingaram de preta fedida. Eu contei para a professora e ela não fez nada.” (Cavalleiro, 2000, p.146).

Outro relato é ainda mais chocante, a criança disse: “[...] ‘É, eu disse para ela [à professora] que eu não queria ser preta, eu queria ser como a Angélica. Ela é bonita!”. (Cavalleiro, 2000, p.145).

Além desses relatos trazidos pela autora em sua pesquisa, quando recorremos novamente às notícias existem várias que relatam o racismo e o preconceito em massa, como é o caso que aconteceu e que está no portal de notícias do G1. Algumas mães fizeram boletim de ocorrência por atividade “pedagógica” (se é que se pode chamar assim) racista, em um CMEI no Paraná. A atividade consistia de uma representação de uma mulher negra com cabelo de palha de aço.



Figura 1. Atividade de celebração da Consciência Negra no CMEI do Paraná. Foto: Foto Cedida/Noemi da Silva Modesto. Fonte: G1.

A imagem ficou exposta em uma parede do Centro de Educação Infantil (CMEI) situado em uma região metropolitana de Curitiba. Na denúncia, as mães relataram

que 17 crianças entre três e quatro anos de idade, tiveram que fazer essa atividade (G1, 2022).

Segue o relato de uma das mães:

"Meus dois filhos estudam na instituição, e às 8h de quarta (16) eu fui levar minha bebê e vi o mural. Nessa mesma hora falei com a coordenadora da escola, com toda educação, expliquei que aquilo era racista e pedi para ela tirar. Ela falou que iria tirar, mas no dia seguinte meu pai foi levar meu filho e disse que continuava lá", contou Noemi Modesto. (G1, 2022).

Porém não houve resolução por parte dos responsáveis do CMEI, e não retiraram as atividades, ela acionou outras mães e recebeu o apoio de Karla Roberta Baptista, foram atrás da diretora do CMEI para pedir a retirada dos materiais. A resposta da diretora foi que procurassem a professora responsável para que "explicasse o contexto da atividade", a resposta da professora foi que era um projeto em homenagem ao Dia da Consciência Negra (G1, 2022).

Como consequência dessa atividade racista, segue o relato de Karla sobre o impacto em sua filha:

'Em um dia a Pietra [filha] chegou em mim e perguntou se a gente mudava de cor, e eu falei que não. Ela disse que estava na escola dela esse mural, e falou 'mas eu não tenho cabelo de Bombril, mãe'. O filho da Noemi pediu para alisar o cabelo porque estava com vergonha depois dessa situação", contou Karla. (G1, 2022, s/p).

Indignadas com a situação, outras medidas foram tomadas, como ir às mídias e órgãos públicos responsáveis, no intuito de se calarem diante do racismo explícito e prejuízos causados pelos mesmos, essas mães não se calaram para o não dito que muitas vezes acontece. Silenciar em pleno século XXI para algo absurdo como uma atividade dessa dentro do CMEI, em que é justamente nessa fase que crianças começam a reproduzir atitudes. Muitos preferem fechar os olhos e concordar para a negação da história do povo negro e seus direitos, o que não foi o caso dessas mães corajosas que lutaram para que a história de anos de preconceito racial não se repita na vida de seus filhos e filhas. Sabemos que muitas dessas mães passaram por isso quando eram crianças.

"A gente tem que mobilizar, porque é inaceitável. Estamos em 2022 e compararem nosso cabelo com palha de aço, Bombril. é muito triste. Eu senti a tristeza de infância, a dor que eu passava na escola quando eu estudava. Eu alisei o cabelo com 11 anos, escondida da minha mãe, porque meu cabelo era chamado de Bombril. Hoje eu tenho

cabelo ralo, porque eu queimei o couro cabeludo, ele não cresce 100%. São consequências que levam anos", ressaltou. (Karla, G1,2022, s/p).

Outro lugar que o racismo se propaga e pode ser muitas vezes cruel é nas redes sociais. Vamos apresentar abaixo uma notícia que mostra como o racismo é cruel com crianças, reforçando ainda mais o nosso compromisso com esse TCC sobre racismo na Educação Infantil.

Segundo a Agência Brasil (2025), o racismo com crianças foi praticado por duas influenciadoras digitais que, em uma brincadeira disfarçada de preconceito e discriminação racial, evidenciaram o quanto o racismo está enraizado em nossa sociedade brasileira e como continua a atingir crianças negras de forma cruel. No vídeo publicado na rede Kwai, as duas influenciadoras, mãe e filha, abordaram na rua duas crianças negras retintas, uma menina e um menino, para entregar presentes. Ao abrirem os pacotes, na expectativa de receber uma boneca ou um carrinho, as crianças encontraram uma banana e um macaco de pelúcia (Agência Brasil, 2025).

O caso foi amplamente divulgado pela mídia e caracterizado como racismo recreativo, prática que busca mascarar a violência racista sob a forma de "brincadeira". As consequências desse episódio foram graves, pois as crianças sofreram zombarias dentro da escola, em que colegas imitaram o vídeo. Naquele momento, em sua inocência, as crianças nem imaginaram que se tratava de um episódio de racismo, mas ainda assim sentiram na pele a dor da discriminação. Ao abrirem os presentes, as influenciadoras perguntaram se elas haviam gostado, e as crianças responderam que não (Agência Brasil, 2025).

As influenciadoras foram penalizadas com 12 anos de prisão e obrigadas a pagar uma indenização de R\$ 20.000,00 para cada vítima da discriminação racial (Agência Brasil, 2025). No entanto, a meu ver, essa indenização não se compara aos danos causados às crianças, já que uma delas, segundo relatos, encontra-se em tratamento psicológico.

Esse fato mostra que o racismo ultrapassa todos os limites e não poupa as crianças. É preciso uma educação preparada para acolher essas crianças negras, de modo que elas conheçam seus direitos, aprendam formas de se defender, compreendam que não estão sozinhas e saibam que existem penalidades para crimes de racismo, discriminação e preconceito. Mas para tudo isso acontecer precisamos tirar o racismo de dentro das instituições, dos próprios CMEIS. Não é um trabalho de

mestrado, apenas um TCC, mas eu tenho o desejo de dar uma contribuição, mesmo que pequena, para enfrentar o racismo na educação infantil.

Combater o racismo exige uma educação antirracista. Para a autora Cavalleiro (2001), uma educação antirracista requer estratégias pedagógicas que possam combater o racismo dentro da escola, dos CMEIS e na sociedade. É necessário reconhecer que o racismo está presente nas instituições e que não se trata apenas de uma questão de atitudes individuais.

A autora Cavalleiro (2001) afirma a importância de incluir a história e a cultura dos povos negros e indígenas no currículo escolar, além de contar com professores e professoras preparados para trabalhar questões raciais com as crianças. Dessa forma, a escola ou os CMEIS podem se tornar um espaço respeitoso, que valoriza a diversidade racial e tem compromisso com a justiça, transformando-se em um ambiente verdadeiramente inclusivo.

3. RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e deve ser oferecida em:

[...] creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Brasil, 2010, p.12).

Falar de educação infantil é falar dos direitos das crianças, por isso é “[...] dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção” (Brasil, 2010, p. 12).

Todas as crianças brasileiras têm direito à educação infantil de qualidade e isso deveria significar que todas as crianças independentemente da raça têm direito a serem cuidadas e educadas nas instituições de educação infantil, mas na prática não é isso que acontece.

Por mais que as pessoas pensem que a educação infantil é um espaço livre de racismo, estudos mostram que o racismo também está presente nas instituições que atendem crianças de 0 a 5 anos (Cavalleiro, 2012).

Este capítulo do nosso Trabalho de Conclusão de Curso tem o objetivo de identificar como o racismo se manifesta na educação infantil, a partir de dois livros referências nos estudos étnico-raciais, o “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil” da pesquisadora e pedagoga negra Eliane Cavalleiro, publicado originalmente em 2000 e o livro “Democratização do colo: Educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas” da pesquisadora e pedagoga negra Jussara Santos, publicado originalmente em 2024.

3.1. O racismo na educação infantil: contribuições pioneiras de Eliane Cavalleiro com a obra “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”

Um dos primeiros estudos sobre racismo na educação infantil foi realizado por Eliane Cavalleiro, mulher negra, pesquisadora e escritora, reconhecida como uma grande referência nos estudos sobre educação e racismo, a sua pesquisa sobre racismo na educação infantil é considerada uma pesquisa pioneira.

A autora é formada em Pedagogia, com mestrado e doutorado em Educação, dedica-se a pesquisas sobre racismo, discriminação e preconceito que afetam crianças desde a infância. Já atuou em diversos projetos voltados para a valorização da igualdade racial. Também ocupou cargos de gestão no Ministério da Educação (MEC) e na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), sempre com foco na educação antirracista. Uma de suas obras mais importantes é o livro “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil” (2012), que trata das manifestações do racismo dentro da educação infantil.

O livro é resultado de uma pesquisa de campo, que durou 8 meses e contou com entrevistas e observações dentro de uma instituição de educação infantil (pré-escola), localizada na região central da cidade de São Paulo, que atendia crianças de 4 a 6 anos. A primeira edição do livro foi publicada em 2000.



Figura 1 – Capa do livro *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, de Eliane Cavalleiro 2000.

Figura 2 – Eliane Cavalleiro, autora da obra *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*.

Fonte: Acervo digital (s.d.).

O estudo de Cavalleiro (2012) é considerado pioneiro na área da Educação, por ser um dos primeiros a desfazer a ideia de que as crianças não têm preconceito, que a criança não vê cor, que o racismo não está na educação infantil, que as professoras tratam todas as crianças do mesmo jeito.

Apesar de muita gente pensar que as crianças são como “anjos puros”, isso não é verdade, crianças são seres humanos, tem vários momentos que sentem raiva, inveja, ciúmes, frustrações, medos, e embora sejam vistas como frágeis e imaturas elas têm esses sentimentos assim como uma pessoa adulta. E as crianças também nascem em uma sociedade que é racista, por isso elas precisam crescer com uma educação que ensine o respeito e a empatia para com todos que fazem parte da sua convivência no cotidiano. Quando a criança não recebe essa educação, em momentos de raiva e brigas o racismo aparece e quem trabalha com crianças sabe disso e já presenciou. Nas palavras da autora:

Nós aceitamos que muito cedo na vida as crianças comecem a perceber diferenças nos objetos e pessoas à sua volta, e que isto evoca de alguma forma o processo de categorização, resultando, então, que na sociedade multirracial crianças vão perceber diferenças na cor de sua pele, forma do cabelo e vestido e coisas assim, e que estes também podem se tornar base para o processo de classificação.
(Cavalleiro, 2000, p.19)

E isso não é só em relação a cor, no espaço do CMEI as crianças comparam e comentam sobre tudo, envolvendo peso, capacidade, cor, gênero, classe social. Falam, “fulano é gordo”, “ela não corre igual a gente”, “o cabelo dela é duro ou armado”. Esses comentários que algumas vezes são vistos como “inocentes” ou “naturais” são carregados de preconceitos e discriminação, e é nesses espaços que

seria indispensável a mediação e o diálogo na construção do respeito as diferenças ao próximo.

Mas o que a sociedade coloca sobre o que são as cores de pele é carregado de muito racismo. Pessoas brancas são associadas a padrão de beleza, de inteligência e estão em melhores lugares de destaque na sociedade como em empregos, cursos superiores, política entre outros. Pessoas negras são ligadas à negatividade em estereótipos como criminalidade, feiura, ridicularizadas em programa de humor. Isso traz uma enorme contribuição negativa naturalizando o racismo que é aprendido desde a infância.

Como foi discutido no primeiro capítulo, para Nilma Lino Gomes:

O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro. (Gomes, 2009, p.54)

As crianças desde cedo lidam com esse preconceito na família, no CMEI, na televisão e tem uma visão negativa das pessoas negras, na qual é uma percepção distorcida pela sociedade. Estudos como o *Doll Test*¹ (teste da boneca) mostram que crianças negras, desde muito cedo, associam características positivas às bonecas brancas e características negativas às bonecas negras, revelando como o racismo afeta a construção da identidade e da autoestima infantil.

¹ “Teste das bonecas” foi criado em 1940 pelo “casal de psicólogos americanos Kenneth e Mamie Clark [...] para analisar as atitudes de crianças negras em relação à raça e como desenvolviam seu senso de identidade e autoestima. O experimento envolvia bonecas de plástico idênticas a não ser pela cor, e mostrava que a maioria das crianças negras rejeitava as bonecas pretas. Reproduzido ao longo dos anos em diversas partes do país, o estudo ficou conhecido como “o teste das bonecas”, e seus resultados chamaram a atenção para os danos psicológicos, emocionais e intelectuais causados pela segregação em crianças negras” (Corrêa, 2024, s/p).



Figura 1 e 2 – Crianças realizando o Doll Test (Teste da Boneca). Fonte: Reprodução de imagens disponível na internet.

Por isso, concordamos com a Cavalleiro (2012) que as crianças enxergam sim as diferenças entre negros e brancos: “Esse preconceito está presente na sociedade brasileira, no cotidiano dos indivíduos, e é altamente prejudicial para a população negra, tanto nas relações sociais (família, escola, bairro, trabalho etc.) quanto nos meios de comunicação”. (Cavalleiro,2012,p.23)

Quando os adultos acreditam que as crianças têm inocência, inclusive com a ideia de que “não veem cor” e de que não existe preconceito na infância, o que acaba acontecendo é que ninguém faz nada para enfrentar o racismo. Pois as crianças não nascem racistas, mas o racismo é aprendido desde cedo. Por isso, silenciar ou ignorar o problema contribui ainda mais para que o racismo seja reproduzido todos os dias, fazendo com que crianças e bebês continuem sofrendo essa violência.

A não percepção do racismo pelas crianças também está relacionada à propagação da ideia de que negros e brancos vivem em igualdade no Brasil, negando a existência do racismo. A ausência de debate social influencia a visão do preconceito dentro da família, dificultando que a criança desenvolva um olhar crítico sobre o problema Cavalleiro (2012).

Esse pensamento da autora tem muita relação com o que defendia Abdias do Nascimento (2009), como falado no 1º capítulo, para ele nós vivemos no mito da democracia racial. Há uma ideia falsa de harmonia entre negros e brancos, sendo que, na prática, muitos estudos mostram que isso não existe, pelo contrário, tem muita desigualdade entre negros e brancos.

Nas palavras do autor:

O Brasil, como nação, se proclama a única democracia racial do mundo, e grande parte do mundo a vê e respeita como tal. Mas, um exame de seu desenvolvimento histórico revela a verdadeira natureza de sua estrutura social, cultural e política: é essencialmente racista e vitalmente ameaçadora para os negros.(Nascimento,2009,p.1)

O estudo da pesquisadora negra Cavalleiro (2012) também expõe que o racismo aparece nas relações entre as crianças, fazendo com que as negras se sintam inferiores e as brancas superiores. Quando ela estava fazendo o trabalho de campo, na “escola infantil”² em São Paulo, percebeu que: “[...] crianças brancas revelam um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações atitudes preconceituosas e discriminatórias, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo à cor da pele”.(Cavalleiro,2012,p.09)

São atitudes racistas que não surgem do nada, mas aprendidas ao longo da vida, dentro dos lares, no meio da sociedade e nas escolas.

Alguns relatos mostram isso explicitamente, quando as crianças xingam uma menina que é negra, a criança conta para Cavalleiro que a xingam: “As crianças me xingam de preta que não toma banho. Só porque eu sou preta elas falam que eu não tomo banho. Ficam me xingando de preta cor de carvão. Elas me xingaram de preta fedida. Eu contei para a professora e ela não fez nada.” (Cavalleiro, 2012, p.146).

O racismo deixa marcas profundas em quem passa por ele, e, quando se trata de crianças, o assunto se torna ainda mais urgente, pois não se pode falar de educação e igualdade sem falar da autoestima das crianças. Imaginamos a dor dessa menina ao ser xingada pela coleguinha, isso não se apagará de sua mente, prejudicando também sua identidade negra. A falta de intervenção dessa professora mostra ainda mais o descaso com a criança negra e com seu direito de ser respeitada.

Sabemos que negros e brancos são capazes de aprender, mas, durante o processo, se a criança negra passar por traumas causados pelo racismo, por descaso e violência, ela não terá as mesmas condições de desenvolvimento que as crianças brancas. A desumanização provocada pelo racismo contra crianças negras dentro da educação infantil ficará em sua memória para sempre. Por exemplo, a criança do relato acima provavelmente lembrará desse episódio por toda a vida, recordando esse dia com profunda tristeza. Na minha opinião, é revoltante que isso seja aceito.

² Termo usado pela autora.

Há também o depoimento da aluna Aparecida (6 anos), ela conta a Cavalleiro que as outras crianças só brincam com ela “quando eu trago brinquedo”. Em diálogo com a Cavalleiro (2012, p. 45), Aparecida comenta:

A gente estava brincando de mamãe.

A Catarina (branca) falou: “Eu não vou ser tia dela (da própria criança que está narrando)”. A Camila que é branca não tem nojo de mim.

— E as outras crianças têm nojo de você?

— Têm.

Vejam os que nessa situação o quão vulnerável a criança negra fica nas brincadeiras, porque ela não pode apenas brincar livremente como as outras crianças, ela tem que lidar com o nojo e rejeição da coleguinha. Isso causa medo e uma baixa auto estima que irá ter por certo ao longo de sua vida, pois a recusa dos colegas ao dividir os brinquedos e espaço faz com que esses momentos que era para ser de brincadeiras e alegrias se torna em experiências dolorosas deixando cicatrizes invisíveis aos olhos de outros, mas que é conhecida por muitas pessoas negras adultas quando falam de suas infâncias.

O estudo da Cavalleiro (2012) mostra como as professoras e a própria escola se calam diante dos casos de racismo, o título do próprio livro é “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.

As crianças negras relatam que as professoras não agem diante dessas situações. Esse silêncio ensina à criança negra que ela não tem importância naquele espaço e, ao mesmo tempo, ensina às crianças brancas que esse tipo de atitude é “normal”, sendo tratada apenas como brincadeira de criança, sem considerar os prejuízos horríveis causados ao outro, as crianças brancas percebem que não tem consequência. Um CMEI que deixa isso acontecer ou uma escola, contribui negativamente para a formação de futuras gerações, o preconceito e o racismo continua.

Como já mencionamos sobre os efeitos ruins do racismo causados na criança negra durante a infância, como a auto estima, alterações na aprendizagem, a negação da identidade entre tantos outros prejuízos, são marcas terríveis que não se apagam do dia para a noite (Gomes, 2005).

E situações como esses relatos que nos trazem no livro, pela autora Cavalleiro (2012), são mais presentes do que muitos pensam. Quem nunca ouviu ao entrar em uma sala de aula os apelidos como “macaco” ou “urubu”, como se fossem brincadeira?

Quem nunca pensou que dificilmente a professora da sala vai intervir ou mesmo perceber a fala desses alunos e alunas?. Por exemplo, em uma sala com 40 crianças e com condições precárias de trabalho, várias coisas acontecendo ao mesmo tempo, o resultado é que nem sempre há qualquer intervenção. Tem as professoras que vê e finge que não viu, porém tem aquelas que realmente não veem por tantas coisas acontecerem ao mesmo tempo e tem aquelas professoras que veem, mas não encontram apoio para enfrentar o problema, então o trabalho de enfrentamento do racismo em sala de aula ainda é muito difícil.

Em minha experiência como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), presenciei a palavra “macaco” entre as crianças algumas vezes. É perceptível a importância da docente trabalhar com livros, roda de conversa com temas raciais, conscientização, porque ainda que algumas crianças continuem, algumas vezes com palavras racistas, é possível perceber que outras crianças começam a ter a consciência que é errado, porque nesses momentos eu também ouvi por parte de algumas falarem “isso é errado, não pode falar assim com o fulano!” , “isso é racismo!”. Claramente vemos que há um trabalho étnico- racial nessa sala de aula em que fiquei do PIBID, mas me faço algumas perguntas: quando estão reunidas com suas famílias, o que elas escutam? Será que não é importante fazer trabalho em parceria com as famílias?” E nas demais turmas, tem esse enfrentamento”.

O enfrentamento ao racismo requer esforços de todos os lados e não somente da escola. Mas a escola é o principal caminho para esse combate, é muito importante trabalhar a lei 10.639/2003³. E levar essa lei para fora das salas, pois somente dentro das salas de aulas não é suficiente, é preciso que esse trabalho se estenda com a comunidade e com as famílias das crianças. Não menciono somente as feiras dentro das escolas no mês da consciência negra, com trabalhos feitos pelas crianças representando a cultura afro- brasileira e danças, mas durante todo o ano letivo. Ao começar a pesquisa desse trabalho de conclusão de curso (TCC), percebi que vai além disso.

Quando a escola e instituições de ensino dialogam com a valorização afro-brasileira, cultura e sua história, mas de diversas formas, e o ano todo, ela fortalece o

³ A Lei 10639 não cita a Educação Infantil, mas sim o Ensino Fundamental e Ensino Médio, mas tem sido importante para que a educação infantil também trabalhe de uma forma antirracista.

respeito às diferenças e enfraquece o racismo, essa conscientização coletiva contribui para práticas antirracistas que vai além dos muros das instituições.

Cavalleiro se pergunta até que ponto a escola está realmente contribuindo para uma sociedade menos racista:

Em que medida a socialização, promovida atualmente nas escolas, contribui para a construção de uma sociedade que seja, de fato, uma “democracia racial”, livre de desigualdades tão gritantes entre negros e brancos? Qual é a sua contribuição para a construção de uma sociedade de cidadãos menos racistas?(Cavalleiro,2012,p.20)

Partindo do questionamento de Cavalleiro (2012) sobre até que ponto a socialização escolar contribui para a construção de uma sociedade realmente democrática e menos racista, reflito que ainda falta muito para alcançar, pois ainda vemos nas mídias diversos tipos de atitudes ruins causadas por pessoas racistas, inclusive dentro das instituições de educação infantil. São várias situações que vemos, além daquelas que ainda permanecem ocultas, que nem ficamos sabendo, não são denunciadas. Fico pensando, se as próprias educadoras também cometem atos de racismo, como o estudo mostra e o da Jussara Santos (2024) mostra também, como poderão ensinar às crianças que isso é errado e prejudica vidas, trazendo consequências graves, sendo que nem elas mesmas têm esse conhecimento? Quando falamos dessa falta de conhecimento, às vezes o ato racista acontece de forma ignorante, pela ausência de educação étnico-racial, mas também pode acontecer de forma proposital, tem profissionais que são cruéis e tem desprezo com crianças negras, não há como negar isso depois de ler os estudos.

Para esses casos, a escola ou CMEI precisava denunciar, pois racismo é crime conforme a lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. A formação, cursos, são importantes para combater, mas para alguns casos o caminho é denúncia na polícia mesmo, pois o direito à educação infantil segura das crianças negras é desrespeitado por algumas profissionais, que agem de forma completamente racista. É direito das crianças negras assim como das crianças brancas, uma educação infantil acolhedora, livre de qualquer tipo de discriminação, porém algumas pessoas agem de forma abertamente racista com essas crianças, ferindo os princípios básicos da educação. Portanto, a intenção não é só punir, mas em alguns casos, como desses tipos de profissionais que agem com intenção, eles precisam ser responsabilizados por seus atos, protegendo as crianças negras de passar pela violência que o racismo causa.

A pesquisa de Eliane Cavalleiro (2012) aborda como o racismo afeta a identidade da criança negra, gerando muito sofrimento. Um dos casos chama a atenção, a da criança Vera que deseja ser branquinha, quando a Cavalleiro (2012) faz perguntas sobre como ela é, as respostas mostram o desejo da menina preta ser diferente:

“Como você é?”. Ela responde: “Eu tenho uma franjinha abaixada, sou gordinha, meu pezinho é gordo porque eu puxei meu pai”. Pergunto: “Como você é: preta, branca...?”. Rapidamente afirma: “Morena”. Digo, então: “Você gostaria de ser diferente?”. E ela confirma o que já se poderia imaginar: “Hum... eu gostaria de ser branquinha!”. (p.67)

Segundo afirma a autora Cavalleiro (2012), a criança negra cresce em uma sociedade em que o padrão de beleza é a pele clara, traços brancos, olhos azuis e cabelos lisos, o que contribui para uma baixa auto imagem distorcida e baixa autoestima.

Outra situação, também com a criança, Vera demonstra como ser negra é associada a feiura e a criança negra tenta enfrentar a situação, da sua maneira:

Em uma brincadeira de parque com bonecas, a pesquisadora questiona qual é a boneca "mais feia". Larissa (branca) prontamente responde: "É a preta". Vera (negra) diz: Não pode falar assim! Não pode falar que preto é feio, porque senão quem é preto fica triste! A minha prima falou quando chegou uma pessoa preta lá em casa: “Que gente feia!”. É feio falar isso! É feio sabe por quê? Porque as pessoas pensam que as mães não dão educação para a gente. (p. 74)

Nessa situação, a criança branca se sente confortável em fazer um julgamento racista, pois é algo que aprendeu e já está de forma naturalizada no seu cotidiano. Porém a criança negra se sente ao contrário, nada confortável, pois atinge sua identidade, quem é ela. Esse relato mostra como a criança negra desde cedo precisa lidar com a discriminação e o racismo desde cedo, ainda que sem ajuda de uma pessoa adulta.

Um dos principais pontos do livro de Cavalleiro (2012) é sobre como as professoras e educadoras também agem de forma racista. A pesquisadora percebe diferença de tratamento:

A familiaridade com a dinâmica da escola permite perceber a existência de um tratamento diferenciado e mais afetivo dirigido às crianças brancas. Isso é bastante perceptível quando analisado o comportamento não verbal que ocorre nas interações professor/ aluno branco. Nelas é natural o contato físico, acompanhado de beijos, de abraços e de toques. Isso é bastante visível no horário da saída,

quando os pais começam a chegar para pegar seus filhos. A menina Solange (branca) despede-se da professora com um beijo e esta retribui. Observando o término de um dia de aula, foi possível contabilizar um número três vezes maior de crianças brancas sendo beijadas pelas professoras em comparação às crianças negras: dez crianças brancas para três negras. (p.74)

Será que essa diferença não é sentida pelas crianças? Podemos perceber que o racismo está institucionalizado, com padrão de tratamento desigual (Kilomba, 2019).

O livro de Cavalleiro tem muitas cenas que relatam situações muito dolorosas envolvendo as crianças negras, elas estão sendo inferiorizadas e a instituição de educação infantil pesquisada não age, não combate. A autora conta uma situação que aconteceu no parque, o racismo deixou a criança negra imóvel, sem reação, até que ela acabou respondendo com violência:

Shirley (negra) chega perto de Fábio (branco), o xinga de “besta”, e ele revida. Letícia (branca) passa a participar da discussão, com vários xingamentos. Letícia e Catarina (negra), até então brincando juntas, principiam a se xingar também. Catarina diz a Letícia: “Fedorenta”, e esta responde: “Fedorenta é você”. Catarina, então, diz: “É você, tá!”. Letícia responde: “Eu não; eu sou branca, você é que é preta!” Catarina fica paralisada e não diz mais nada. Até então virada de frente para Letícia, dá-lhe as costas e começa a xingar Fábio. Catarina segundos depois desfere-lhe um golpe na cabeça. O menino chora. A professora, percebendo a confusão, se aproxima do grupo e adverte a menina Catarina, que mais uma vez ouve tudo calada. (Cavalleiro, 2012, p.54)

A criança negra foi provocada até revidar o insulto, talvez situações semelhantes já viessem acontecendo. A criança, assim como uma pessoa adulta, tem reações de sentimentos como a raiva. Dentro da discussão não era somente a criança negra envolvida, também havia criança branca, uma discussão que claramente necessitava de uma mediação da educadora para um diálogo que abordasse o respeito às diferenças e a valorização do outro. No entanto aconteceu o que sempre acontece em várias situações racistas, a educadora simplesmente chamou a atenção somente da criança que reage, a negra.

No livro há outra agressão sutil, que é naturalizada como “brincadeira” no ambiente da educação infantil: “[...] um menino esbarra em uma delas e lhe diz em tom de deboche: “Desculpa, neguinha!”. Depois parte gargalhando, junto com o amigo que também ri muito. À menina arregala os olhos, mas continua a sua caminhada, sem nada dizer”. (Cavalleiro, 2012, p. 54).

Citamos também um dos relatos mais fortes no livro sobre o efeito do racismo nas crianças negras: “[...] a menina Silvia (negra) brinca com sua amiga Maiara (negra). A primeira tem uma boneca branca nas mãos. A segunda, uma boneca preta. Pergunto: “Essa boneca preta é sua?”. Ela, com muita ironia, responde: “Nem de nega eu gosto!”. A outra não diz nada”. (Cavalleiro, 2012, p. 54).

Ao ler esse relato sinto uma grande indignação, pois o fato de uma criança negra rejeitar a boneca preta mostra como o racismo aparece de forma precoce e violenta desde a infância.

Como futura educadora, esse relato desperta ainda mais a minha responsabilidade ética e pedagógica, pois o silêncio institucional e a falta de práticas pedagógicas contribuem para que as crianças negam sua identidade e rejeitam a si mesma. O racismo na educação faz com que a criança negra não se reconheça positivamente. Esse episódio reforça a importância de práticas educativas que valorizem a identidade negra, o corpo e o cabelo das crianças negras.

Combater o racismo na educação infantil é também impedir que a criança negra se desvalorize, que ela cresça sabendo que não há nada de errado nos seus cabelos e no seu tom de pele.

Para a pesquisadora existe também um despreparo para lidar com as questões étnico-raciais, algumas professoras têm visões racistas sobre os negros e isso aparece. De acordo com Oliveira (1992), citada por Cavalleiro (2012), apresenta o relato de uma professora:

Além de se sentir rejeitada, a criança negra tem, talvez, por sua própria natureza, lentidão na aprendizagem, lentidão na assimilação do ensino, e estes dois fatores contribuem para que ela não consiga acompanhar o seu grupo, desista e saia da escola ou permaneça nela por pouco tempo (Depoimento de uma professora extraído do trabalho de Oliveira, 1992, p. 98 apud Cavalleiro, 2012, p. 34).

Essa afirmação da professora é extremamente racista. Primeiro que é sem base científica alguma, um absurdo acreditar que a criança tem “lentidão natural”, a professora reforça ainda mais a ideia racista que pessoa negra não teria capacidade intelectual (Kilomba, 2019). Não existe base biológica ou genética que comprove que crianças negras aprendem menos que as crianças brancas. O que a fala dessa professora revela é o seu despreparo como uma docente, como ela pode ensinar, oferecer educação a todos, se ela acha que as crianças negras são inferiores, por

natureza?. Na realidade, ela está transferindo para a criança a culpa pelo fracasso escolar.

Há um grande perigo nessa fala da professora, porque quando a instituição passa a enxergar a criança como “naturalmente incapaz”, deixa de oferecer à criança o estímulo para seu aprendizado e afeto para o seu desenvolvimento.

Não é a criança negra que não aprende, mas uma educação racista que não busca se responsabilizar pela exclusão que comete. Combater uma fala desse tipo envolve ética e responsabilidade para com a educação infantil ou escolar, que é onde as crianças constroem sua identidade e autoestima. Na minha opinião, é indispensável reconhecer o racismo nas próprias pessoas que trabalham na escola, para enfrentá-lo de frente.

São muitas queixas das crianças negras de que as professoras “não fazem nada”: “[...] é possível perceber a ausência de questionamento sobre a diversidade étnica no cotidiano escolar, quer por parte das professoras, quer por parte da coordenação pedagógica e da direção escolar, o que sinaliza o despreparo e o desinteresse da escola para lidar com essa questão.”(Cavalleiro,2012,p. 55).

A pesquisadora conclui que:

A escola, assim, atua na difusão do preconceito e da discriminação. Tais práticas, embora não se iniciem na escola, contam com o seu reforço, a partir das relações diárias, na difusão de valores, crenças, comportamentos e atitudes de hostilidade em relação ao grupo negro. Mesmo considerando os atos do professor como inconscientes em relação às crianças negras, suas atitudes as magoam e marcam, provavelmente, pela vida afora. Na escola, o professor reproduz o padrão tradicional da sociedade. Como sujeito, é compreensível, embora não seja aceitável, mas não como profissional da educação. A pré-escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização. (Cavalleiro, 2012, p.101).

Nilma Lino Gomes também tem essa reflexão, quando ela explica que “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros” (2005, 43). E que: “Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras” (Gomes, 2005, p. 43).

Gomes (2005) explica que, quando a escola valoriza só padrões brancos, silencia atos de racismo e não traz representações positivas de pessoas negras, a

criança negra sente vergonha de si mesma. Como percebeu Cavalleiro (2012) a criança acaba rejeitando sua aparência e desenvolvendo o desejo de ser uma criança branca. Porém, quando um CMEI ou escola mostra o contrário, valoriza a negritude, por meio de uma educação antirracista, isso contribui para o fortalecimento da identidade e da autoestima da criança negra.

3.2 O racismo na educação infantil: contribuições atuais de Jussara Santos com a obra “Democratização do colo: Educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas (2024)”

A autora Jussara Santos é uma mulher negra, pedagoga, mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tem experiência de 20 anos na educação básica e 18 na Educação Infantil. Atuou no NEER- Núcleo de Educação Étnico- Racial da Secretaria Municipal de São Paulo, quando foi responsável pela supervisão e pela implementação da Lei 10.639 de 2003, lei que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras e atuou também na Divisão de Educação Infantil no mesmo órgão, atuando principalmente na formação docente antirracista e na publicação de documentos orientadores sobre o assunto. É autora do seguinte documento “Orientações Pedagógicas- Educação Antirracista”, que faz parte do Currículo da Cidade, de São Paulo- SP.



Figura 1 – Capa do livro “*Democratização do colo: Educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas (2024)*” Jussara Santos.

Figura 2 –Jussara Santos, autora da obra “*Democratização do colo: Educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas (2024)*”

Fonte: *Acervo digital (s.d.).*

O livro de Jussara Santos “Democratização do colo: Educação Antirracista para e com bebês e crianças pequenas” é muito atual, foi publicado pela primeira vez em 2024 e reúne os mais de 18 anos de experiência da autora na educação infantil (como professora e coordenadora), ele é formado por essas memórias de Jussara Santos e por dados de outras pesquisas sobre racismo no atendimento a crianças pequenas e bebês.

Assim como Cavalleiro (2012), Santos (2024) desfaz a ideia de que o racismo não está na educação infantil: “Atuo na educação básica há 20 anos, sendo 18 deles na educação infantil. Durante esse tempo, vivenciei uma infinidade de situações, entre as quais a presença do racismo no cotidiano de bebês e crianças bem pequenas.” (p.18).

Diferente da autora Cavalleiro (2012), que analisou algumas situações envolvendo crianças de 4 a 6 anos, no contexto da pré-escola, a autora Jussara Santos (2024) evidencia que o racismo existe dentro da educação infantil e atinge bebês e crianças muito pequenas, de 0 a 3 anos. Isso, ao mesmo tempo que é revoltante, é assustador, porque mostra o quão cedo o racismo se apresenta na vida das crianças negras.

Essas práticas dentro da educação infantil se manifestam de diferentes formas e, muitas vezes, aparecem de maneira sutil, quase imperceptível, mas que, ao se observar com atenção, é possível perceber que surgem por meio de olhares, toques e tratamentos desiguais. O fato de bebês serem alvos de racismo ainda tão pequenos torna a situação ainda mais revoltante.

Essa realidade foi percebida pela autora Jussara (2024) também nas pesquisas que ela leu para fazer o livro: “De uma parte, as pesquisas indicam que bebês e crianças negros são menos tocados, recebem menos afeto, têm seus cabelos menos afagados; de outra, a abordagem supramencionada tem como reflexão central a liberdade e a autonomia”. (Santos,2024,p.57).

Bebês precisam de colo, cuidado e atenção, que são elementos básicos para um desenvolvimento infantil. Negar isso a bebês negros é muito cruel e desumano, pois eles ainda não sabem se defender.

A autora Santos (2024) traz uma importante alerta sobre práticas mal interpretadas que reforçam o abandono dos corpos negros, normalmente justificadas por falas como: “deixar as crianças fazerem sozinhas” ou evitar toques sob o

argumento de que isso só deve ocorrer quando for necessário. Essas posturas escondem negligências e distanciamentos, principalmente, às crianças negras.

São falas aparentemente neutras, mas que escondem a ausência de cuidado, revelando o racismo de forma sutil no cotidiano das crianças negras, principalmente por meio da negação do colo e do cuidado.

Muitas vezes, as pessoas escondem o racismo. A autora Gomes (2005) afirma que pessoas que não admitem ser racistas e costumam negar o preconceito, mesmo sabendo que ele é errado. São muito comuns falas como: “não sou racista”, “no Brasil não tem racismo” e “somos todos iguais”, no intuito de amenizar e esconder o fato de que o racismo existe e de que quem sofre com ele são as pessoas negras.

Porém, o preconceito não está escondido apenas nas falas, mas também nas atitudes, como não aceitar que seu filho ou filha se case com uma pessoa negra, dizer que a pessoa negra está se casando com uma pessoa branca por interesse ou, quando um homem negro está dirigindo um carro de luxo, achar que ele é o motorista. Esses exemplos revelam que a pessoa negra é vista como inferior e excluída de lugares de prestígio e sucesso.

A autora também aborda o racismo presente na forma de “piadinhas”, que muitas vezes parecem inofensivas, mas são carregadas de ridicularização e inferioridade, machucam e fazem mal, reforçando o racismo. Contudo, pode-se dizer que muitas pessoas afirmam não ser racistas, mas pensam e agem como tal. Essa contradição nos mostra que no Brasil, o racismo existe, mesmo que seja negado.

Tanto no estudo de Cavalleiro (2012) quanto no de Jussara (2024), as professoras entrevistadas negam o racismo em suas práticas, apresentando justificativas que mascaram a discriminação, falam que todas as crianças são tratadas de forma igual e que algumas situações são apenas “brincadeiras”. No entanto, quando se realiza uma observação atenta do cotidiano das instituições, essas falas entram em contradição. Ao observar de perto as práticas as pesquisadoras percebem que crianças negras são menos cuidadas. Essas ações mostram que o racismo na educação infantil não aparece de maneira explícita, mas se manifesta na forma como as crianças negras são tratadas.

Para Jussara Santos (2024) um dos efeitos de não combater o racismo é que ele é aprendido, em um CMEI por exemplo, e com o tempo todas as crianças estão praticando também. Os bebês imitam, fazem o que aprendem na educação infantil.

Santos (2024) cita uma situação de racismo no estudo de Oliveira (2004) para mostrar o preconceito e a discriminação na hora de dar colo:

Ganhar ou não colo da pajem: uma situação que ocorre várias vezes: algumas crianças chegavam chorando e não ganhavam colo, no entanto, com determinadas crianças era diferente: M. (loira/2 anos) chegou chorando, então Nice (pajem/branca) a pegou no colo até que ela parasse de chorar, depois pegou P. (negro/2 anos) também chorando, mas Nice fez o seguinte: sentou em uma cadeira e o colocou entre as pernas. Essa situação ocorreu da mesma forma, só que com outra pajem, B. (negro) chegou chorando, Marli encostou-o na perna e disse para ele não chorar, depois chegou L. (loira) também chorando, mas o procedimento foi outro, a pajem a pegou no colo até que parasse de chorar (Oliveira, 2004, p. 83 apud Santos, 2025, p. 23).

Essa situação mostra que mesmo que as educadoras neguem que não existe racismo em suas atitudes e práticas de cuidados na educação infantil, esse relato mostra explicitamente que ele está ali, as pesquisas existem para mostrar a realidade daquilo que nem a própria pessoa vê.

O acolhimento especificamente ao colo, diante de choros as atitudes das pajens não são as mesmas a todas as crianças, enquanto as crianças brancas são acolhidas até se acalmarem, crianças negras não recebem o mesmo tratamento, às crianças negras são colocadas ao contato com as pernas das adultas ou orientações verbais para que parem de chorar, enquanto as crianças brancas são pegas em seus braços (Santos, 2014).

São tratamentos diferenciados que mostram a discriminação pelas práticas que às vezes nem são reconhecidas pelas educadoras. No entanto, como as pesquisas apontam (Gomes, 2005) o racismo não se manifesta em ações explícitas, mas também em gestos cotidianos silenciosos que são naturalizados. As pesquisas na área existem para mostrar que o problema existe sim, e que ao expor possam haver caminhos para combater, o primeiro caminho é reconhecer as maneiras que o racismo se manifesta para enfrentá-lo com a educação antirracista.

A autora (Santos, 2024, p. 22) traz importantes reflexões sobre os tratamentos com bebês/crianças em seu cotidiano, apresentando as seguintes questões:

- Quais são os critérios que você elenca para a escolha de quem será alimentado primeiro?
- Diante de um grupo de bebês chorando, os negros serão os últimos a ganhar colo?

- Suas mãos democraticamente acariciam cabelos crespos, cacheados e lisos?
- Durante as conversas na sala das professoras, quais são os bebês e crianças que são o centro das discussões, tendo as consideradas “más atitudes” evidenciadas?

Diante disso, é fundamental uma formação continuada e reflexões coletivas, com reuniões pedagógicas nos CMEIs, para que isso seja questionado, e que as professoras sejam levadas a pensar sobre suas práticas, e não apenas agir no automático.

Tem uma situação de racismo narrada no livro que é muito forte:

Um grupo, composto por 22 bebês/crianças, uma professora e uma auxiliar, vivia sua rotina diária, como brincar no parque, na sala de referência, com as motocas, pelos corredores da unidade, solário e bosque de grama. Diariamente, era comum ouvir a professora falar para Ana Flávia, negra de 2 anos: “Não é possível, você parece um cachorro, todo dia morde seus colegas, um dia ainda te coloco uma focinheira”. Ocorre que Breno, loiro de 2 anos e 3 meses, lidava com a gravidez de sua mãe e desde então passou a morder seus colegas de agrupamento. Para ele, a professora dava colo e dizia: “Anjo, você precisa se acostumar com a vinda do seu irmão, vocês serão amigos, você precisa se acostumar, meu amor”. Repetia diariamente e em seguida havia afeto, colo. Os outros bebês e crianças do agrupamento estavam expostos às cenas de cuidados ao colega loiro e falas nada acolhedoras à colega negra. Certo dia, durante uma brincadeira no bosque com grama, Bebel, 2 anos e 1 mês, estava perto de Ana Flávia, que naquele momento brincava com um móvel repleto de bolas coloridas, e falou uma frase que pareceu ser: “Precisa colocar focinheira em você”, apontando o dedo e com o tom de voz como se estivesse “chamando a atenção” (dando uma bronca) de sua companheira de turma, que historicamente mordeu, mas que naquele momento estava brincando.(Santos,2024,p.25)

Essa cena mostra que o racismo é aprendido desde muito pequeninos e que a criança negra não tem chance de errar, chorar, e ser atendida, parece que a pessoa negra para ser aceita precisa ser perfeita em qualquer tipo de situação. Como se a criança negra não tivesse o direito de errar e manifestar qualquer tipo de comportamento infantil sem ser mal interpretada e punida. Além disso o episódio evidencia o efeito que o racismo tem não só com a criança negra, mas também com crianças brancas, porque elas passam a reproduzir falas e atitudes, como a criança no relato que imita a fala violenta da professora. Sem intervenção o espaço da educação infantil pode se tornar um espaço de reprodução do racismo, causando efeitos negativos no desenvolvimento das crianças negras e formando crianças brancas racistas.

A Santos (2024) mostra que o racismo aparece de formas nojentas, sem que as pessoas que o praticam tenham noção do quanto é prejudicial para as pessoas negras, tem uma parte do livro que mostra isso:

Em 2004, quando atuava em uma instituição privada de educação infantil na cidade de São Paulo, ouvi o seguinte comentário de uma professora: “Meu Deus, como o cocô de G. cheira forte, quando esse menino vem eu já me preparo que vai ser ó... Tadinho, parece que come urubu” [...] Era o único bebê negro, gordo, sendo considerado o mais fedido, em relação aos demais”. (Santos, 2024,p.31)

Racistas pensam que as pessoas negras cheiram “mais forte” ou “cheiram mal”, o que é um estereótipo racista e sem base científica alguma, pois não há diferença biológica entre negros e brancos que determine o cheiro de alguém. O cheiro corporal humano não tem a ver com a identidade racial ou com cor de pele, ele está relacionado à higiene, à alimentação e às condições de saúde da pessoa.

Esse tipo de associação é puro racismo. Um tipo de racismo que aparece na forma de afastamento de toques e afetos dos corpos negros das crianças. Racismo que nega acolhimento.

Outro ponto que é discutido no livro é o racismo recreativo, que seria o racismo em forma de “brincadeira” “piadas” “humor” e comentários sobre as pessoas negras. Santos (2024) traz o conceito de racismo recreativo, definido por Adilson Moreira (2019, que é um tipo de racismo não aberto, em forma de piada, diversão, muitas pessoas pensam que é “inofensivo” mas é carregado de estereótipos negativos sobre os negros.

Santos (2024) fala que esse tipo de racismo está em muitos lugares, com apelidos “urubu” “macaco” “negão”, vários para ofender as pessoas negras. A autora chama nossa atenção para a rotina com colegas, dentro das escolas, CMEIs, que desde a sala de professores tem muitos comentários sobre os bebês e as crianças, são ditas palavras racistas sobre as crianças. A autora afirma que esses momentos têm que ser de intervenção, de enfrentar o racismo, de abrir um debate para que isso seja combatido (Santos, 2024). É importante não calar diante do racismo, aproveitar as oportunidades para esses diálogos acontecerem.

Outro ponto mostrado pela pedagoga Jussara é sobre os “memes” racistas que estão na moda, hoje em dia, nas redes sociais, “[...] cuidar para não os replicar é papel de todas nós que somos educadoras e pensamos nas infâncias” (Santos, 2024, p. 48).

O racismo aparece na educação infantil também na falta de representatividade, na ausência de livros, bonecas, nos materiais pedagógicos, contribuindo para a falta

de representatividade negra, em que a criança ao ter acesso ao espaço educativo diariamente, ela vai crescer vendo apenas padrões brancos no livro em que a princesa, a rainha são brancas, na boneca que ela brinca que é branca, aceitando que é isso seria “normal”. É importante ter brincadeiras pedagógicas que valorizem a cultura do povo negro, assim como os brinquedos, isso precisa ser um compromisso ético da instituição e não apenas uma escolha individual, para a contribuição diferentes identidades na educação infantil.

Assim como Cavalleiro (2012) fala do despreparo das professoras da educação infantil, Santos (2024) também comenta, ela chama atenção para um outro lado que pode parecer normal, mas não é. Ela traz reflexões sobre ações consideradas antirracistas, que, ao invés de combater o racismo, reforçam ainda mais estereótipos. A autora conta que, em 2020, ministrou um curso de formação para professoras e gestoras, cujo objetivo central era fortalecer ações que combatem o racismo. Contudo, durante a palestra, houve um momento de participação de uma professora, e essa professora comentou uma ação sua como sendo antirracista.

Segue abaixo o relato trazido por Santos(2024) sobre a fala dessa professora:

Eu sou professora da Ana e diariamente ela vinha com os cabelos presos. Apesar de a escola não ter recursos, eu fui à perfumaria, comprei bastantes produtos e um dia a surpreendi com laços, fitas coloridas e cremes bem cheirosos. Ela me olhou meio cabisbaixa, parece que não está acostumada a ser cuidada, penteada, sabe? Todo dia ela aparece com umas trancinhas. Eu não entendi bem o que aconteceu, pois eu soltei tudo, coloquei creme cheiroso, coloquei laço, mas parece que ela não gostou, tadinha, ela é tão tímida, o pior ainda está por vir: quando a mãe viu, ela não gostou, a filha estava tão cuidada, asseada (relato coletado por mim durante a pandemia, em um curso realizado a distância em 2020). (p.85)

A autora Santos (2024) mostra que a educadora, por um lado, teve uma boa intenção, só que por outro lado, a autora faz uma crítica ao ato dessa professora, porque ela que decidiu que o cabelo da criança ficasse solto, desrespeitando a escolha da família e não pedindo autorização para a mudar o penteado da criança negra. E o pior está na fala da professora sobre a menina, quando diz que ela “estava tão cuidada e asseada”, julgando que as tranças feitas pela família como se fosse algo sujo, e não parte de uma cultura e história de uma família com raiz afrodescendente. Ver as tranças como algo sujo é racismo, além disso, a forma como a professora fala da criança parece que não acredita que uma pessoa negra possa ser cuidada pela

família, ela vê a família de uma forma negativa, como se a criança fosse “suja e largada”.

Então, Jussara Santos (2024) afirma que é importante o contato físico e o carinho ao fazer penteados, nisso a professora tinha uma boa intenção, só que é preciso diálogo com as famílias, garantindo respeito.

Para concluir, em muitos casos, o racismo se mostra na forma de indiferença, descuido com as crianças pretas, especialmente os meninos. Santos (2024) afirma que, durante os anos em que acompanhou as discussões de políticas educacionais para a Educação Infantil em uma rede municipal no estado de São Paulo, ouvia de suas colegas, durante as visitas realizadas em unidades que atendem bebês de até 3 anos, cenas em que viam bebês negros pelos cantos, sem sapatos, com o nariz sujo. Em uma dessas ocasiões em que foi para observar isso de perto, o que chamou muito sua atenção foi a negligência e descaso com meninos negros, em um espaço que deveria cuidar e garantir seus direitos.

3.3. Jussara Santos (2024) e Eliane Cavalleiro (ano): concordâncias e educação antirracista

A partir da leitura e estudos dos livros de Cavalleiro (2012) e Santos (2024) é possível perceber muitas aproximações, as duas pesquisadoras concordam que o racismo começa muito cedo na vida das crianças e de bebês na educação infantil. Além disso, existe silenciamento por parte das instituições de educação infantil: “É comum, diante de conflitos entre as crianças, a frase: “Somos todos iguais”. Essa é uma falácia, e efetivamente não somos todos iguais [...]. Na realidade, somos diferentes e devemos ser respeitados em nossas idiossincrasias e individualidades. (Santos, 2024, p.77). Para Cavalleiro (2012) esse pensamento é por causa da ideia de democracia racial, de igualdade entre todos, que não é verdade, não se vê na prática. Nas suas palavras: “Ao se achar igualitária, livre do preconceito e da discriminação, a escola tem perpetuado desigualdades de tratamento e minado efetivas oportunidades igualitárias a todas as crianças”. (p. 102)

As duas autoras expõem cenas de racismo com bebês e crianças negras: são muitas vezes deixadas de lado, menos beijadas, abraçadas, acalentadas no colo, culpadas por conflitos, recebem tratamentos desiguais constantemente no cotidiano.

Elas mostram que o racismo se torna mais explícito, quando as crianças brancas que passam pelos mesmos conflitos são tratadas com empatia ou quando as crianças brancas reproduzem o racismo. Para elas, o racismo é sutil como já foi mencionado e cruel, porque compromete na construção da identidade e autoestima nos primeiros anos de vida das crianças negras.

Tanto Cavalleiro (2012) quanto Santos (2024) falam do despreparo dos professores e professoras. Esses profissionais não percebem as vezes atitudes e ações racistas por não terem um preparo e formação adequada para lidar com situações de preconceitos e discriminação racial.

Os efeitos do racismo são preocupações que os dois livros mostram. Nas crianças negras, o racismo afeta a autoestima, a construção da identidade e o sentimento de pertencimento, gerando sentimentos de inferioridade, negação de sua identidade e sofrimento emocional desde a primeira infância. Nas crianças brancas, ensina que são superiores, ao mesmo tempo em que são ensinadas práticas discriminatórias em brincadeiras e falas, passando a acreditar que “são melhores” e que isso é normal.

Jussara Santos (2024) apresenta propostas de situações que podem educar as crianças contra o racismo. Proposta de diálogos:

- apresente uma diversidade de imagens de pessoas negras com vários tons de peles, curvatura de cabelos, cores de olhos;
- fotografe bebês e crianças pequenas e faça uma exposição de suas imagens pelo espaço da instituição;
- Convide cada criança a produzir tinta com seu tom de pele e em um pote transparente escreva: cor da pele de Maria, João, Antônio... Faça uma reserva da cor da pele de cada um(a), para o ano todo. Produza também um tom da sua cor de pele, para que usem sempre, quando o desejo for retratar a professora;
- Faça rodas de conversa e fale sobre a inexistência de uma cor de pele e, nesse momento, mostre a diversidade de possibilidades de cores (p. 74)

Essas ações contribuem para que as crianças negras se reconheçam de forma positiva com sua cor, seus cabelos e sua identidade. Desse modo, elas rompem com os padrões eurocêntricos que foram construídos historicamente. Saber nomear sua cor e perceber que pertence àquele espaço faz com que a criança negra se sinta valorizada, além disso, possibilita que as crianças brancas aprendam o respeito à diversidade e a empatia.

Para Cavalleiro (2012, p. 38): “Promover uma educação para o entendimento das diferenças étnicas, livre de preconceitos, representa uma possibilidade real da formação de sujeitos menos preconceituosos nas novas gerações”.

Essa reflexão da autora sobre o antirracismo é muito importante, pois é desde cedo que se aprende a combater o racismo e a conviver com as diferenças. Quando um CMEI ou escola fazem educação antirracista que valorize as diferenças étnico-raciais, contribuem muito para a formação de futuras pessoas críticas e respeitosas. É um trabalho importante não apenas para as crianças negras, que passam a se valorizar, mas também para as crianças brancas, que crescem com a percepção real de que não são superiores e de que existe um mundo de diversidades, deixando de naturalizar violência e injustiça.

Para Santos (2024, p. 94) “Ao ofertar uma música, reflita sobre quem é o compositor, cantor, quais influências a canção traz, de que modo pessoas negras, indígenas são ou não representadas nos livros que você lê diariamente para os bebês e as crianças pequenas”.

Essa reflexão da autora mostra que a educação antirracista vai além falas conscientes e datas comemorativas, os tipos de materiais pedagógicos ofertados pelas educadoras e educadores no cotidiano das crianças que tenham representatividade também fazem a diferença, como na escolha das músicas, a leitura de livros e até mesmo as imagens fixadas nas paredes de toda instituição. Uma educação antirracista é aquela em que bebês e crianças consigam se sentir representadas e parte daquele espaço, pois as músicas, livros, imagens e brinquedos contribui para sua autoestima e orgulho de sua identidade. Da mesma forma que as crianças brancas elas aprendem sobre a diversidade e não irão ficar fazendo associações de beleza apenas às pessoas brancas e lugares de destaque.

O conteúdo dos livros também mostra se há educação antirracista: “O silêncio dos professores perante as situações de discriminação impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. (Cavalleiro,2012,p.33).

A escolha de livros também precisa ser cuidadosa, pois irá contribuir na formação das crianças de forma positiva, e se essa escolha não for feita com sabedoria terá efeitos negativos. Alguns livros apresentam personagens negros como sempre vilões da história, empregados das mansões ou pessoas relacionadas a pobreza. Além de histórias que foram distorcidas socialmente, são esses livros que revelará se de fato existe uma educação antirracista dentro da instituição. As crianças

só irão se reconhecer se tiver algo positivo, é preciso obras literárias que trazem contos em que a rainha, a princesa, o príncipe sejam personagens negros de referência, além de histórias diferentes, de raiz africana, para celebrar a ancestralidade.

Uma diferença interessante entre o livro de Cavalleiro e o livro da Jussara Santos é que o livro de Santos (2024) tem mais propostas, sugestões de propostas antirracistas, o da Cavalleiro (2012) tem mais a denúncia, provas que o racismo existe. Isso se deve ao fato do livro de Cavalleiro (2012) ser anterior a lei 10.639/2003, por isso tem poucas propostas, ainda não havia pouca coisa publicada no assunto.

Cavalleiro (2012) fala da importância de combater essa superioridade branca, ela denuncia que crianças brancas vão assumindo essa postura de dominação perante as negras. Nesse sentido, Santos (2024) afirma:

“É fundamental salientar que a ausência de bebês e crianças negros matriculados não isenta a responsabilidade do fomento de práticas antirracistas”.(Santos,2024,p.95).

Mesmo que não haja bebês e crianças negras, é fundamental que tenha uma educação antirracista amparada em um projeto pedagógico de qualquer instituição, pois as pessoas brancas devem ser educadas para combater o racismo.

Para Santos (2024, p. 99) “o compromisso com a escuta é base para o fomento de educação antirracista, [...] respeitar o tempo que as crianças levam para elaborar suas ideias, prestar atenção em cada detalhe durante a comunicação é imprescindível”.

Mas isso também envolve melhorar a qualidade da educação infantil, condições de trabalho para escutar as crianças, políticas públicas. Em uma sala superlotada essa escuta será limitada se a professora não tiver o tempo necessário, pois seu trabalho não se limita apenas ao individual, então o correto seria espaços reduzidos de números de crianças, tempo para que essa educadora tenha tempo para fazer a sua organização pedagógica e formação e seu planejamentos de forma adequada. Para que isso seja possível é preciso das políticas públicas que façam investimentos e que valorizem a docência e suas práticas pedagógicas.

Educação antirracista para Santos (2024) e para Cavalleiro (2012) exige estudo, dedicação, formação nas escolas.

Para as autoras, não é possível só com boa vontade, precisa ter conhecimento, buscar informações, pesquisar, “Ser antirracista exige estudo, construção de repertório”.(Santos,2024,p.98).

A seguir, colocarei uma situação citada pela autora Santos (2024), em que uma mediação imediata de uma educadora teria sido a chance de uma criança de 2 anos e meio aprender sobre as diferenças e diversidades, algo que ali, naquele momento, teria grande valor. A educadora deixou passar e perdeu a oportunidade de fazer algo mais antirracista, ela corrigiu de forma pontual, e a criança, que, pela idade, deve ter ouvido e aprendido o racismo de algum adulto:

Joaquim (negro) chegou à sala chorando, com uma boneca negra nos braços. Foi para o colo da professora, que o acalantou durante alguns minutos; depois, Joaquim buscou um lugar e deitou-se num tatame no canto da sala. Miguel (branco), que chegara há mais tempo, passou perto do colega com sua boneca, chutou-a e disse: “Neném pêta, muito feia”. A professora pegou a boneca no colo e falou: “Ela é linda (embalando-a), não faça essas brincadeiras, Miguel”. Joaquim (negro) voltou a chorar, foi pego no colo, e o dia seguiu.(Santos,2024,p.100).

E, diante de tal situação, a autora traz alguns possíveis diálogos que são caminhos antirracistas:

- falar sobre o fato de não ser respeitoso chutar o brinquedo de um colega;
- dizer sobre a diversidade de cores que têm as bonecas, as pessoas;
- planejar momentos de contato e brincadeira com bonecas e bonecos negros;
- ampliar o repertório imagético sobre pessoas negras;
- conversar com a turma sobre diferenças de cores de pele, texturas de cabelos, traços faciais. Pensar formas de evidenciar e valorizar as diferenças talvez seja um caminho para que elas sejam vividas de modo mais respeitoso.(Santos, 2024, p.100).

O livro de Jussara Santos (2024) por ser mais atual, 21 anos após a lei 10639 de 2003, tem mais sugestões, exemplos, que podem ajudar professoras e professores de forma significativa a enfrentar o racismo, por meio de exemplos e linguagem didática. Já o livro de Cavalleiro (2012) é importante para dar uma base teórica, de denúncia do racismo, ele fala de mito da democracia racial, racismo institucional (dentro das instituições de educação infantil) e da responsabilidade de quem educa.

Para finalizar, concordamos com Santos (2024, p.110) ao afirmar que as “[...] ações inclusivas e equitativas não devem ser caracterizadas como bondade, caridade, sacerdócio; ao contrário, fazem parte dos compromissos assumidos, diante da

escolha de ser educadora”. Nesse sentido, podemos concluir que ambos os livros são importantes para mostrar que educação antirracista não se alcança só com boa vontade ou caridade, precisa de política pública, formação continuada, apoio de toda a comunidade escolar, materiais adequados, planejamento e responsabilidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa pesquisa buscou, como objetivo geral, compreender como o racismo se manifesta na Educação Infantil e formas de combatê-lo. Ao retomar o problema principal de toda investigação, percebemos que, ao invés do que muitos pensam, o espaço da instituição infantil não é imune ou neutro de racismo, ou seja, não é livre de preconceitos e discriminações.

Os objetivos específicos foram compreender o que é o racismo, identificar como o racismo se manifesta na educação infantil e apresentar possíveis formas de combate.

Desenvolvemos um estudo bibliográfico e organizamos os resultados em dois capítulos. No primeiro capítulo, atingimos o objetivo de compreender o que é racismo. Com as publicações de Nascimento (2009), Gomes (2011), Kilomba (2019) nos focamos em duas formas de racismo, o individual e o institucional. Para conseguir compreender ainda melhor o conceito de racismo utilizamos também notícias de jornais a respeito de casos reais envolvendo racismo como exemplos. Nesses casos, percebemos que o cabelo e a cor de pele ainda são os principais alvos do preconceito e da discriminação contra pessoas negras, mesmo crianças.

Com a pesquisa, entendemos que o racismo individual se dá pelo comportamento, esse tipo de racismo fere as pessoas negras, inclusive no campo emocional e psicológico, pois exemplos dele são os xingamentos, piadas, ameaças, brincadeiras e até violência física. Na educação infantil ele está presente quando as crianças negras são chamadas de “macacas”, comparadas a animais “cachorro”, de sujas, entre outros nomes para inferiorizá-las e estereotipá-las.

Já o racismo institucional, se trata de um padrão desigual de tratamento com base na raça, as crianças negras são menos beijadas, abraçadas, acolhidas, cuidadas e tem menos colo das educadoras e professoras. Em diferentes momentos essa diferença aparece: troca de fraldas, banho, cuidado com os cabelos, no momento de

ouvir as queixas, quando não são alvos direto de racismo das educadoras, por meio de piadinhas e comentários entre docentes.

No segundo capítulo, atingimos o objetivo de identificar como o racismo se manifesta na educação infantil e formas possíveis de combatê-lo. Demos destaque para as manifestações, pois percebemos que existe resistência de muitas pessoas em acreditarem que as crianças pequenas possam sofrer ou cometer ações racistas nas instituições, e não é possível combater o racismo sem primeiro admitir que ele existe. Em termos de metodologia, analisamos as duas obras “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”, da pesquisadora negra Eliane Cavalleiro (2012) e “Democratização do colo: Educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas (2024)” da pesquisadora negra Jussara Santos.

Como resultados, descobrimos que as crianças enxergam sim as diferenças entre negros e brancos e já são afetadas pela visão negativa sobre as pessoas negras, fazendo com que o racismo apareça nas relações e brincadeiras. Nesses casos, as crianças negras se sentem vulneráveis e inferiores diante das situações racistas, enquanto as crianças brancas fortalecem um sentimento de superioridade. A desigualdade percebida pelas crianças vem também pela diferença de tratamento, as crianças não são tratadas com igualdade, o colo e o cuidado é mais dado às crianças brancas. Além disso, quando os conflitos e casos de racismo acontecem é comum que professoras e a própria instituição se cale.

Um dado preocupante mostrado nas duas pesquisas de base do nosso TCC é que às vezes o ato racista parte das professoras e educadoras. Em alguns casos isso acontece de forma ignorante, ou seja, pela ausência de educação étnico-racial, mas também há casos de racismo muito direto que demonstram desprezo com as crianças negras.

Cavalleiro (2012) e Santos (2019) alertam que existe um despreparo para lidar com as questões étnico-raciais, algumas professoras quando vão trabalhar o assunto acabam reforçando o racismo, isso mostra a necessidade de formação continuada, de fortalecimento de políticas públicas para enfrentar o problema. Só boa vontade e intenção não é suficiente, precisa de estudo e dedicação.

Aprendemos com essa pesquisa que um dos efeitos de não combater o racismo é que ele é aprendido, por isso, com o tempo todas as crianças estão praticando também. Isso faz com que a educação não cumpra seu papel de formação

para a cidadania, crianças negras crescem silenciadas e crianças brancas crescem acreditando que são superiores e se beneficiam do racismo, sem compromisso algum com o combate.

Sobre as formas de combate, é preciso mudança naquilo que se ensina, nos materiais, para ofertar literatura infantil, música e cultura negra. Mudança na atitude docente por meio da escuta e do acolhimento das crianças negras. Fortalecimento de políticas públicas para que as instituições tenham formação docente, letramento racial para todos que trabalham com educação. É preciso materiais e brinquedos diversos, como livros com protagonismo negro e bonecas negras variadas. Para combater precisa envolver a comunidade, ter mais proximidade da família com as instituições, para que as famílias aprendam sobre as relações étnico-raciais. Para Santos (2019) não se combate o racismo só com “boa vontade” é preciso ampliar o repertório, ter preparo.

Como futura educadora, meu compromisso com a educação é ético e antirracista, pois, após a realização desta pesquisa, torna-se impossível fechar os olhos para um problema tão real, ainda que muitos insistam em negar a sua existência. Esta pesquisa não se limita apenas à minha formação inicial, eu reconheço que é necessário ir além. No entanto, ela se constitui como um caminho fundamental que me permitiu enxergar a realidade de muitos bebês e crianças que necessitam de educadoras verdadeiramente comprometidas em lutar e defender princípios básicos e humanos no contexto da Educação Infantil.

O racismo dói, produz marcas profundas de exclusão nas pessoas negras, maioria de nosso país, e ele começa na infância. Embora eu reconheça que possuo conhecimentos ainda em construção, compreendo que esse saber inicial me permite avançar e agir de forma crítica. Durante minha formação, tive contato com professoras que possuíam uma preparação adequada para apresentar a realidade de um mundo em que a diversidade é constantemente excluída, o que me possibilitou compreender que eu também posso ser uma educadora antirracista, com consciência e formação contínua.

Ao finalizar este TCC, a sensação de comprometimento se faz presente em cada palavra escrita e em cada leitura realizada. As obras estudadas me apontaram caminhos possíveis para o enfrentamento de uma realidade marcada por desigualdades e injustiças no interior da Educação Infantil. Quero fazer a diferença como pedagoga responsável pela transformação, que não apenas identifica o

racismo, mas que o combate no cotidiano dentro do espaço da Educação Infantil. Quero contribuir enquanto professora, no que for possível, para que as minhas futuras crianças negras tenham memórias de cuidado e afeto, que elas vivam momentos felizes, o que irá ser essencial para o desenvolvimento e valorização de suas identidades.

Meu compromisso é garantir o colo e o afeto de forma igualitária, independentemente do tom de pele, cabelo ou das condições socioeconômicas das crianças. Lutarei para que cada criança cresça em um ambiente saudável e com sentimento de pertencimento real àquele espaço de educação infantil, e que possa se sentir assim também na escola e em qualquer lugar do mundo e por toda a sua vida. Desejo ser lembrada como uma pedagoga que acolheu às crianças e não se silenciou diante de atos discriminatórios e preconceituosos.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Justiça penaliza influenciadoras por discriminação racial**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Brasília, DF: Presidência da República, 1989.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. 6. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CORRÊA, Alessandra. **Racismo**: como experimento com bonecas negras contribuiu para fim de segregação nas escolas dos EUA. *BBC News Brasil*, Washington, 4 ago. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c29d6kdd71lo>. Acesso em: 04 jan. 2026.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Justiça condena influenciadoras por racismo**. Recife, 2025. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

G1. **Atividade de celebração da Consciência Negra no CMEI do Paraná**. Foto: Noemi da Silva Modesto. Paraná, 2022.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **A importância da educação antirracista**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Nilma Lino et al. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

SANTOS, Jussara. **Democratização do colo**: Educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas. São Paulo: Summus, 2024.